

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PAULO HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA DA SILVA

**Ideias linguísticas no século XVI: o pensamento de João de Barros – uma
análise pela Historiografia da Linguística**

São Paulo

2016

PAULO HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA DA SILVA

Ideias linguísticas no século XVI: o pensamento de João de Barros – uma
análise pela Historiografia da Linguística

Dissertação apresentada à banca de
defesa como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Letras,
no Programa de Pós-Graduação em
Letras do Centro de Comunicação em
Letras da Universidade Presbiteriana
Mackenzie.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Batista

São Paulo

2016

S586i Silva, Paulo Henrique Gonçalves Oliveira da.

Ideias linguísticas no século XVI : o pensamento de João de Barros – uma análise pela Historiografia da Linguística / Paulo Henrique Gonçalves Oliveira da Silva – São Paulo, 2017.

87 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

Referência bibliográfica: p. 81-87.

PAULO HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA DA SILVA

Ideias linguísticas no século XVI: o pensamento de João de Barros – uma
análise pela Historiografia da Linguística

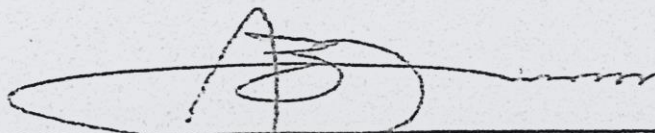
Dissertação apresentada à banca de
defesa como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Letras,
no Programa de Pós-Graduação em
Letras do Centro de Comunicação em
Letras da Universidade Presbiteriana
Mackenzie.

Aprovado em: 3 / 2 / 2007, São Paulo.

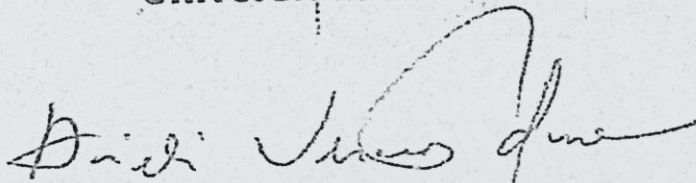
Banca Examinadora



Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Batista - Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dra. Neusa Maria Barbosa Bastos
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dra. Dieli Vesaro Palma
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dedico este trabalho a todos os que apostaram em minha trajetória acadêmica e profissional na área das Letras: meus familiares, amigos, alguns dos colegas de trabalho e de pós-graduação, meus alunos e meu orientador, sem o qual boa parte deste projeto não se realizaria.

AGRADECIMENTOS

O percurso que se inicia no momento em que alguém se propõe a começar um trabalho acadêmico não é simples, e isso já faz parte do conhecimento das pessoas. Atravessar esse percurso complexo só é possível quando pessoas ao nosso redor compartilham de cada momento e passam não apenas a torcer pelo seu desempenho como também sofrer em momentos sinuosos e dar a mão em períodos ainda mais difíceis. É por esse motivo que não se pode medir palavras para agradecer a cada um que desde o início fez parte dessa trajetória comigo.

É preciso agradecer primeiramente a Jeová, meu Deus, nosso Criador, Pai e detentor de toda força e poder que são necessários para a vida.

Aos meus pais, Cleber e Adriana, um eterno obrigado por estarem sempre ao meu lado e por me apoiarem tanto nas decisões que tomo. O fato de me darem a base para uma boa educação desde bem pequeno e os esforços que não foram medidos para isso são o resultado do que sou hoje.

À minha irmã, Giovanna, ou Gigi, como gosta de ser chamada, muito obrigado pela paciência e por ter dotes culinários tão bons que me alimentaram em noites e tardes de escrita.

Aos familiares distantes, mas que carrego bem perto, um enorme agradecimento. Zeinha, Margarida, Paty, Cris, Jaime, Claudinha, Vera, Aninha, Mariana, tio Marcelo, vó Isabel, vô Zequinha, vô Nadinho, Ray, Kel, July, Vilomar, Tâmara, é sempre bom saber que posso contar com vocês!

Aos amigos verdadeiros, um sincero agradecimento por apenas me apoiarem e me alegrarem nos momentos de tensão e angústia e por me fazerem esquecer um pouco dos problemas. Faço questão de registrar nominalmente cada um deles: Carlindo Ferreira, Sandra Gomes, Victor Gomes, Beatriz Gomes, Vitor Oliveira, Giulia Rios, Melissa Rios, Rafaela Rios, Gabriel Silva, Thayssa Santos, Robson Norberto e Marcelo Varnier.

Esses dois anos e meio de Mestrado foram compartilhados também com pessoas muito especiais que me acompanham desde os tempos da Graduação. Não seria possível tratar de ideias linguísticas (e literárias) sem vocês, meus queridos Daniel Camilo, Maria Fernanda Pagani, Sarah Leite e Lucimar Araújo.

Os anos de 2015 e 2016 foram abrilhantados pelos alunos que me acompanharam durante as aulas ministradas. Levantar todos os dias de manhã após noites mal dormidas só era possível por conta do amor que vocês tanto demonstraram por mim e pelo meu jeito de ensinar. Torço muito para que vocês sejam felizes em suas carreiras assim como eu sou por poder ensiná-los e conhecê-los! Às turmas do 6º, 7º e 8º anos de 2016 da Escola Nossa Senhora das Graças (Gracinha) e da Kindy Escola Americana, um enorme obrigado! Essa pesquisa é para vocês também.

Não posso deixar de falar dos colegas de trabalho que se tornaram grandes parceiros e amigos, os professores Lucas Vasconcelos, Patricia Costa, José Eduardo Sena, Fabíola Unzelte, Ekhterina Ugnivenko, Fernanda Estevam, Fernanda Arruda, Fernanda Costa e Beatriz Padiãl. Agradeço pelos conselhos, ensinamentos e por serem modelos e inspiração para mim.

Um parágrafo inteiro é necessário para agradecer, ainda na linha daqueles que fazem parte do parágrafo anterior, à incrível professora Ana Marta de Santana, com quem trabalhei diretamente nesses dois anos. Muito obrigado por ser um ser humano brilhante tanto pessoal quanto profissionalmente e por me ensinar tanto do que sabe e tem experiência em sala de aula! Obrigado por me ajudar a manter o foco na pesquisa e por tanto me ajudar nos momentos difíceis que passamos no trabalho.

Agradeço muitíssimo à também professora e amiga Luciana Dimitrov, a qual se mostrou tão perto e tão disponível em me ajudar sempre que preciso. Não posso deixar de agradecer também pelos conselhos e pelas aulas ministradas na Graduação.

Agradeço à CAPES e à Universidade Presbiteriana Mackenzie por financiarem meus estudos e meu projeto científico e pelas instituições que são.

Obrigado às professoras Dieli Versaro e Neusa Bastos pela leitura do trabalho e pelas orientações e sugestões que a mim foram dadas na banca de qualificação. À professora Neusa, reservo-me a agradecê-la de maneira especial por conta do percurso e do carinho demonstrado tanto na Graduação quanto na Pós. A senhora é um exemplo de pesquisadora e de pessoa.

Finalizo meus agradecimentos ao querido orientador Ronaldo de Oliveira Batista, que pacientemente guiou meus estudos e me apoiou, incentivou e ajudou não somente na pós-graduação, mas muito antes, desde o convite para participação no PIBID até a orientação do TCC. Com certeza, devo muito a ele pelo conhecimento obtido e pelas oportunidades que apareceram em minha vida. Obrigado por ser esse professor brilhante, tão claro e coerente.

A linguagem de um povo não é apenas um instrumento de comunicação na vida prática: ela incorpora elementos simbólicos e figurativos da cultura e traz inscrita em si mesma um modo particular de pensar e sentir.

(Eduardo Giannetti)

RESUMO

Esta pesquisa científica, financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, tem como objetivo analisar do ponto de vista da Historiografia da Linguística duas obras do século XVI, de autoria de João de Barros, com vistas principalmente à maneira pela qual se deu o tratamento do processo comunicativo nelas: a *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) e o *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540). A partir das reflexões, parâmetros e princípios de análise propostos por Pierre Swiggers e Konrad Koerner, buscou-se analisar em que medida os elementos externos influenciaram o pensamento de João de Barros em sua gramática e apologia e como o processo comunicativo se mostra inserido em compêndios como esses, que não tinham como característica tratar dessa questão. Por meio de instrumentos de pesquisa que consideram o contexto histórico, os movimentos próprios de cada época e a influência que esses meios externos exercem sobre os documentos históricos, conseguiu-se interpretar o *corpus* selecionado e perceber que embora a tradição em que as obras estão inseridas não leve em conta explicitamente o processo comunicativo, pode-se observar que o olhar sobre a comunicação está presente nelas de modo implícito.

Palavras-chave:

Historiografia da Linguística; Gramática; Língua Portuguesa; Processo comunicativo.

ABSTRACT

This scientific research, financed by CAPES and Mackenzie Presbyterian University, has as its main goal the proposal of a historiographic analysis of two compendia written by João de Barros in sixteenth century, focusing on how the author treated the communicative process in each of them: *Grammatica da lingua portuguesa* (1540) and *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (1540). Through the reflections, parameters and principles of analysis proposed by Pierre Swiggers and Konrad Koerner, we sought to analyze in which measure the external elements influenced João de Barros' thoughts presented in his grammar and apology and how the communicative process shows itself to be inserted in this genre of text, which traditionally did not approach this subject. With research apparatus that consider the historical context, the artistic movements and the influence that these external elements exert over the historical documents, we interpreted the *corpus* selected and observed that, even though the tradition in which these productions are inserted does not explicitly address the communicative process, it is implicitly present in these documents.

Key-words:

Linguistics Historiography; Communicative Process; Portuguese Language; Grammar.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Metodologia	17
2. Historiografia da Linguística	22
2.1 Parâmetros e princípios que orientam a disciplina	30
2.2 O problema da metalinguagem e da influência	32
3. Língua Portuguesa e instrumentos linguísticos no século XVI: elementos de história externa	34
3.1 Da tradição gramatical latina à tradição gramatical em Língua Portuguesa	45
3.2 A Revolução Tecnológica da Gramatização	50
3.3 João de Barros – autor e obra em contexto	52
4. Língua Portuguesa e a linguagem em uso: conhecer, usar e defender a língua no século XVI	58
4.1 A <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i> e o tratamento da comunicação	62
4.2 O <i>Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem</i> e a defesa e ilustração da Língua Portuguesa	71
Conclusão	77
Bibliografia	81

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado pretende analisar a gramática da língua portuguesa e a apologia, escritas no século XVI, de João de Barros, com a intenção de observar reflexões sobre a língua portuguesa em relação ao processo comunicativo e à interação verbal, ainda que a tradição gramatical do período recortado tenha se caracterizado como uma reflexão da *“linguagem sobre a linguagem”* (FIRTH, 1948, p. 394 *apud* NEVES, 2002, p. 18) e, portanto, apresente como objetivo primordial o de descrever e analisar a língua como uma estrutura, ou seja, do ponto de vista da forma, com destaque para o tratamento das partes sonora, morfológica, lexical, sintática e semântica da língua (esta última quando relacionada a aspectos lexicais, morfossintáticos e sintáticos). Tem-se, então, o objetivo de voltar ao passado para observar o espaço de reflexão dado ao processo comunicativo em obras que tradicionalmente não colocaram a utilização da língua e a produção de sentidos por meio dos usuários como foco privilegiado de observação e análise.

Cabe ressaltar, já em termos de uma justificativa da escolha do tema desta dissertação, que mesmo a menção implícita do processo comunicativo na gramática e na apologia pode ser encarada como um ponto importante, pois isso revela o foco de atenção da época com respeito às ideias linguísticas. Através de referências esparsas, reflexões sobre a interação verbal atreladas a descrições do sistema linguístico (em seus níveis sonoro, morfológico, lexical, sintático, semântico), bem como comentários sobre o processo comunicativo, procurar-se-á atender aos problemas de pesquisa: é possível encontrar reflexões sobre o processo comunicativo e a interação verbal nas obras de João de Barros que foram selecionadas? Qual é a natureza e o propósito dessas reflexões?

Justifica-se, assim, o objetivo central do trabalho a partir do fato de que se está propondo a elaboração de uma historiografia que foge ao que tradicionalmente uma história da gramática e do pensamento linguístico tem

feito: tratar do que se abordou; aqui, propomos um tratamento também do que não se abordou explicitamente, colocando a perspectiva da análise historiográfica em um posicionamento que diverge dos caminhos já muito bem traçados na Historiografia da Linguística, uma vez que se pretende também refletir sobre a construção de uma narrativa histórica que foge do convencional.

A fim de orientar a pesquisa, propõem-se como questionamentos as perguntas a seguir: Como se deu o tratamento do processo comunicativo na gramática e na apologia selecionadas para análise? Que fatores colaboraram para a formação dessa história? Como se deu o tratamento do processo comunicativo e em que influenciou na formação do pensamento linguístico da época?

As respostas a essas perguntas ainda serão exploradas no decorrer desta dissertação, porém algumas hipóteses podem ser elaboradas. Primeiramente, a respeito da primeira indagação sobre a maneira pela qual o processo comunicativo apareceu nas obras do século XVI, acredita-se que pouco tenha sido considerado de maneira explícita, visto que o foco principal delas, como já explanado, era o de descrever a forma e a estrutura da língua ou indicar formas privilegiadas da língua para enaltecer sua tradição e importância.

Ainda que haja pouca menção a traços do processo comunicativo, o que em si já é revelador de um posicionamento estritamente formal sobre o trabalho com a língua e com a linguagem, essa posição deve se mostrar em trabalhos com a fonética ou com a preocupação dos gramáticos em ditar regras relacionadas ao “falar bem” ou “falar correto”, o que em si já é revelador de uma preocupação com a comunicação.

Tendo apresentado então a proposta que se desenvolverá, faz-se necessário comentar sobre o foco de pesquisa que este trabalho historiográfico procurará abordar. Já se mencionou brevemente que a pesquisa que aqui se apresenta envolve a análise e a descrição do pensamento linguístico sobre questões concernentes ao processo comunicativo em textos de tradição formal: gramática e apologia de língua portuguesa do século XVI. Comentou-se também que o enfoque da pesquisa consiste em apresentar e analisar fatos

linguísticos que, no período escolhido, não eram o foco privilegiado dos gramáticos, que visavam a abordar questões de ordem formal da língua.

Logo, esta dissertação tem como *corpus* de pesquisa materiais canônicos (gramática e apologia de língua portuguesa do século XVI), porém intenta observá-los de uma ótica marginal, ou seja, falar daquilo de que pouco se tratou, a fim de que se observem elementos que também estavam possivelmente presentes em tradições que não destacaram o uso da língua e a produção de sentidos como objeto preferencial de descrição e análise.

Assim, tem-se como objetivo deste trabalho a análise historiográfica, na tradição gramatical de língua portuguesa (a partir das obras selecionadas) do século XVI, da maneira pela qual se deu o tratamento do processo comunicativo e da interação verbal por meio do uso da linguagem.

Tal objetivo somente se faz possível por intermédio da circunscrição das obras selecionadas em tradições específicas do pensamento sobre a linguagem em correlação a uma história mais ampla das ideias relativas a cada período determinado. Além disso, a descrição e a caracterização dessas obras em relação a tradições específicas de pensamento sobre a linguagem, bem como a descrição, a análise e a interpretação de abordagens (ou a ausência de abordagens), nas obras selecionadas, do processo comunicativo e da produção de sentidos a partir do uso da língua, far-se-ão necessárias e fundamentais no processo de construção e da elaboração de uma escrita narrativa de uma historiografia das ideias linguísticas sobre a Língua Portuguesa. Por meio dessa escrita, poder-se-á observar uma parte da história do tratamento do processo comunicativo e da interação verbal por meio do uso da língua.

Tais considerações introdutórias fazem-se necessárias para se entender o que se propõe por meio deste trabalho, que visa contribuir para a área da Historiografia da Linguística em estabelecer uma análise pouco convencional a respeito da maneira pela qual os estudiosos do século XVI tratavam do uso da linguagem e do processo de comunicação. Objetiva-se, portanto, por meio desta pesquisa:

1. Apresentar aspectos importantes sobre a disciplina linguística (Historiografia da Linguística) e o que ela considera ao analisar o material selecionado pelo historiógrafo;

2. Introduzir este trabalho à área em que ele se insere na disciplina;
3. Estabelecer considerações acerca do contexto histórico da época em que viveu e escreveu João de Barros, autor selecionado para análise, e como sua obra reflete esse contexto;
4. Analisar trechos das obras escolhidas a fim de observar como se deu o tratamento da comunicação nos compêndios escritos pelo autor.

Os objetivos acima serão, portanto, contemplados na organização deste trabalho, que planeja apontar cada um dos pontos citados ao longo dos capítulos de desenvolvimento.

No capítulo um, “Metodologia”, apresentar-se-ão os métodos empregados para a elaboração desta pesquisa, o que envolve a separação, em termos estritamente pedagógicos, dos dois principais parâmetros de análise que embasarão os capítulos três e quatro.

No capítulo dois, sobre o tema “Historiografia da Linguística”, apresentar-se-á a área em que o trabalho se situa e discorrer-se-á a respeito do porquê se fazer uma história da tradição gramatical, bem como o porquê de se olhar para a história.

No capítulo três, intitulado “Língua Portuguesa e instrumentos linguísticos no século 16: elementos de história externa”, abordar-se-á a contextualização da gramática e da apologia, assim como de seu autor, João de Barros. Além disso procurar-se-á explicitar o que era fazer gramática e apologia nesse período.

No capítulo quatro, “Língua Portuguesa e a linguagem em uso: conhecer, usar e defender a língua no século 16”, buscar-se-á analisar detalhadamente a gramática e a apologia de língua portuguesa escolhidas, procurando em cada uma delas traços do processo comunicativo e de que modo houve a menção ao uso da língua.

O trabalho será finalizado por meio das “Conclusões”, que farão um apanhado geral das considerações feitas na dissertação e apresentará também um ponto de vista crítico em relação àquilo que for descoberto durante os estudos.

CAPÍTULO I

Metodologia

O método a ser utilizado na execução desta pesquisa pode ser caracterizado em duas perspectivas complementares: a) uma de natureza geral, comum a diversos procedimentos científicos; b) outra de natureza mais específica, situada no âmbito dos estudos historiográficos e suas diferentes propostas metodológicas para o tratamento da linguagem.

Em termos gerais, no direcionamento apontado em (a), o método pode ser caracterizado como histórico-comparativo, no sentido de que é a partir de premissas teóricas da Historiografia da Linguística que se fará uma observação das obras, ou seja, de um conjunto de proposições teóricas e de diretrizes metodológicas parte-se para a busca de dados que possam direcionar a escrita de uma narrativa histórica sobre a tradição gramatical em língua portuguesa, considerando o material selecionado como objeto de observação e análise.

Já em termos de uma configuração metodológica mais específica para a pesquisa, como apontado em (b) acima, esta proposta situa-se metodologicamente em uma configuração que define parâmetros de análise para o tratamento dos materiais selecionados. A Historiografia da Linguística que orienta o desenvolvimento desta pesquisa estabelece como uma de suas diretrizes metodológicas a seleção de parâmetros, a partir dos quais a descrição e análise do material se concretizam. São selecionados parâmetros relativos a dois eixos de observação: a) um que privilegia obras e autor em sua dimensão histórica e social (parâmetros externos); b) outro que privilegia a análise do conteúdo de cada obra, ou seja, os modos de descrição e análise de língua utilizados pelo autor (parâmetros internos).

Essa divisão entre externo e interno deve ser considerada apenas como ferramenta de análise, uma vez que se considera ser impossível uma interpretação historiográfica que não coloque em constante diálogo o externo e o interno. Sendo assim, definem-se abaixo os parâmetros de análise para esta pesquisa:

a) Parâmetros de análise externos:

- Circunscrição histórica da obra e seu autor em comunidades intelectuais específicas, relacionadas conseqüentemente a tradições de pensamento gramatical também específicas;
- Análise da representatividade social, cultural e intelectual das comunidades específicas em que o autor das obras está inserido;
- Interpretação da representatividade histórica (em termos de uma história das ideias) de cada obra e seu autor em seu momento de produção e de recepção/divulgação;
- Análise da representatividade da obra e do autor tanto em um ambiente cultural e educacional específico, quanto em um panorama social e intelectual mais amplo.

b) Parâmetros de análise internos:

- Descrição e caracterização do material em suas partes, conteúdos e circunscrição a tradições de pensamento gramatical;
- Descrição e análise de trechos, partes, capítulos (e outros tipos de divisão ou fragmentos) em que se podem depreender abordagens do processo comunicativo e da interação verbal por meio do uso da língua;
- Descrição e análise de trechos, partes, capítulos (e outros tipos de divisão ou fragmentos) em que há abordagem explícita, se esta de fato existir, do processo comunicativo e da interação verbal por meio do uso da língua;
- Tendo em vista a circunscrição das obras em tradições gramaticais específicas, análise e interpretação (situadas historicamente) de possíveis ausências em absoluto do tratamento do processo comunicativo e da interação verbal por meio do uso da língua.

O material de análise é composto por duas obras de João de Barros, uma gramática da tradição gramatical em Língua Portuguesa e uma apologia, do século XVI. Foram selecionadas as seguintes obras:

- *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros (1496?-1570/1571?). Lisboa, Luís Rodrigues.
- *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540), de João de Barros (1496?-1570/1571?). Lisboa, Luís Rodrigues.

Essa seleção procurou considerar um autor emblemático da tradição em língua portuguesa, João de Barros, considerando sua representatividade e sua perenidade em uma tradição em língua portuguesa de pensamento gramatical.

A análise não levou em conta aspectos de natureza filológica, por isso a consulta pôde ser feita em exemplares que não necessariamente os de primeira edição, levando-se conta, com cautela, quando foi o caso, revisões, aumentos ou correções em relação às obras no momento inicial de sua publicação e divulgação.

Em relação à periodização, ainda cabe dizer que ela é por si própria uma hipótese de trabalho que leva em consideração que no século XVI se deu a produção intensa de gramática e apologias, daí o recorte temporal realizado.

A gramática e a apologia selecionadas foram analisadas de acordo com o método indicado, seguindo as etapas de realização da pesquisa. Após a descrição do conteúdo das obras e da leitura da bibliografia teórica e de trabalhos que tenham feito análises com o mesmo referencial teórico, os objetos de análise foram observados, em termos de resultado final, tendo em vista os seguintes aspectos:

- a) A busca por uma historiografia que observa aspectos que não são exatamente aqueles privilegiados nas obras selecionadas, considerando as tradições em que elas podem ser inseridas. Assim, a historiografia que se propõe se coloca em uma dimensão diversa daquela de muitos trabalhos que realizaram uma história dos estudos sobre a língua portuguesa, pois nenhum deles colocou em destaque uma análise da presença ou ausência de tratamento do processo de comunicação e da produção de sentidos por meio do uso da língua;
- b) A proposição de uma historiografia que observa não só as obras em relação ao que elas efetivamente apresentam, mas uma historiografia que, diferenciando-se do que é tradicional na reconstrução histórica, coloca também como objeto de observação o que se pode chamar de uma não história, no sentido de que observa o que não se disse ou não se abordou em determinada tradição de tratamento linguístico. Essa não história tem sua relevância, uma vez que o que não se tratou é índice positivo de observação para uma reconstrução histórica.

Esses dois aspectos conduziram a pesquisa em um procedimento metodológico, em termos gerais, que partiu da observação do material e, a partir desse primeiro passo, executou as etapas necessárias para que as obras pudessem ser analisadas à luz da Historiografia da Linguística.

CAPÍTULO II

Historiografia da Linguística

Até então, tudo o que foi proposto serviu de base para que se entendesse em linhas gerais os objetivos e as intenções desta pesquisa. A partir do que se segue, será possível entender ainda melhor como funciona uma pesquisa na área da Historiografia da Linguística e como as indagações que orientarão esta dissertação serão respondidas. Para tanto, faz-se necessário apresentar alguns dos autores que serviram como base para o trabalho de investigação linguística.

A Historiografia da Linguística é uma área de pesquisa autônoma considerada ainda nova dentre os estudos linguísticos, mas que compõe um importante campo do saber, visto que, conforme Robins,

A ciência linguística de hoje, como os outros ramos do saber e como os fatos culturais em geral, é ao mesmo tempo produto do seu passado e matriz do seu futuro. Os indivíduos nascem, crescem e vivem num ambiente determinado física e culturalmente pelo seu passado; participam desse ambiente e nele efetuam mudanças. (...) Os cientistas não partem do nada em cada geração; trabalham, ao contrário, com base naquilo que a cultura de sua época recebeu como herança (ROBINS, 1983, p. 2).

As transformações e aquisições de novos conhecimentos só podem ser entendidas mediante comparações entre o que se propõe como novo e aquilo que já se passou, ou a herança recebida pela cultura de cada época, como explicita Robins. A organização dessa área de pesquisa é datada da década de 1970 e desde essa década tem crescido muito¹. Isso se deve ao interesse demonstrado especialmente por membros da comunidade acadêmica europeia

¹ Weedwood ressalta que “as pessoas vêm estudando a linguagem desde a invenção da escrita e, sem dúvida, muito antes disso também” (2002, p. 17), ou seja, pesquisas referentes à análise da história dos estudos da linguagem já haviam sido realizados anteriormente, porém, não em Historiografia da Linguística.

e americana, que cada vez mais têm publicado artigos em periódicos e em congressos no mundo todo².

A História da Linguística é encarada como produto de uma pesquisa historiográfica, logo, faz parte de uma das etapas do processo de investigação científica, assim como a Historiografia da Linguística, que trata do processo dessa investigação, em que por meio de princípios e metodologia bem detalhados, apresentam-se os fatos e o pensamento linguístico no decorrer do tempo, ou seja, a evolução da disciplina.

Entende-se aqui como História não o mero retorno ao passado com a finalidade de se entender o presente. Assim como propõe Marc Bloch, o estudo da História deve seguir o caminho inverso, visto que esse deve focar nos homens em um determinado tempo histórico. Dessa forma, buscar entender os atos humanos do presente nos levará a um entendimento, conseqüentemente, do passado.

Além do crescimento da área, outro campo de estudo tem se desenvolvido paralelamente, justamente por conta da ampliação dos estudos sobre Historiografia da Linguística: a “meta-historiografia” (SWIGGERS, 2014, p. 40). Essa subárea visa observar os trabalhos historiográficos produzidos e, assim como toda ciência, necessita de uma teoria e uma metodologia de pesquisa e observação para seguir. Swiggers aponta três tarefas que devem ser desempenhadas pelo historiógrafo que visa a olhar e pesquisar a própria área. São elas: construtiva, crítica e contemplativa. A primeira dessas tarefas busca apresentar um modelo de pesquisa historiográfica, além de uma linguagem própria do campo de pesquisa. A segunda tarefa tem a ver com a análise dos tipos de discurso e das metodologias utilizadas nos textos historiográficos escolhidos para análise. Por fim, à terceira tarefa cabe a reflexão sobre o ponto em que se encontra a Historiografia da Linguística, ou seja, seu *status*, e sobre o que vem a se tornar um fato linguístico para o linguista e que é analisado pelo historiógrafo do ponto de vista analítico de como esse fato se formou.

² A título de exemplificação, seguem alguns nomes de periódicos e outros trabalhos sobre Historiografia da Linguística que foram desenvolvidos: as revistas *Historiographia Linguistica*, com início em 1974, *Histoire, Épistémologie, Langage*, em 1979, *Beiträge Geschichte der Sprachwissenschaft*, em 1991, e a *Revista Argentina de Historiografia Lingüística*, em 2009.

O objeto principal de estudo da Historiografia da Linguística é os textos. A análise e o estudo desses textos “podem ser considerados o ‘reflexo (ou depósito) material’ da história da linguística” (SWIGGERS, 2014, p. 42). A Historiografia tem, então, os textos como testemunhas e, por conseguinte, consegue-se “falar” sobre o passado. Robins ainda diz, em sua caracterização sobre o que é uma ciência e como ela funciona, que,

O pensamento histórico sobre a ciência ou sobre qualquer outro tema relacionado à atividade humana consiste no estudo da sucessão temporal de pessoas e acontecimentos, bem como no exame das relações causais, influências e tendências que neles se podem descobrir e que nos possibilitam melhor compreendê-los. (ROBINS, 1983, p. 2)

O mesmo se dá com a Historiografia da Linguística, afinal de contas, essa também é uma ciência. Todo contexto de produção dos textos analisados por ela deve ser levado em consideração, visto que esse contém fatores que foram responsáveis por moldar o pensamento humano, o que inclui o saber linguístico.

O historiógrafo da linguística deve tomar certos cuidados ao tratar com os textos. Isso ocorre pois os textos podem usar diversos mecanismos da linguagem que façam com que suas análises não se tornem simples. Pode-se exemplificar isso em pelo menos quatro pontos. O primeiro deles diz respeito à natureza dialógica da linguagem, em que, não havendo texto adâmico ou único, singular, livre de influências de outros textos, faz com que talvez seja necessário analisar vários textos, ou os hipertextos, a fim de chegar ao hipotexto, ou o texto fonte. A segunda dificuldade do trabalho historiográfico com os textos é a avaliação desses dentro do contexto em que foi produzido e como o pensamento sobre a linguagem foi se transformando até chegar aos dias atuais. Tratam-se, então, de textos considerados canônicos ou marginais. O terceiro ponto relaciona-se às intenções dos textos, ou seja, sua natureza argumentativa, informativa, polêmica e, dependendo dos casos, até mesmo dúbia. Por fim, aproveitando-se do terceiro ponto, chega-se ao quarto, que pode ser explicado pela dinamicidade dos textos, ou seja, os efeitos que eles produzem, sejam de tomada de ação, reação ou diluição de uma ideia.

Pode-se inferir também a respeito da complexidade dessa área, já que abrange inúmeros campos do saber, tornando-a um campo muito amplo. A

ciência linguística se trata de um campo interdisciplinar, visto que se vale dos estudos linguísticos em relação à História, à Filosofia e à Sociologia para chegar a um quociente ou um resultado. Pode-se concluir, pois, que a Linguística, como já mencionado, trata-se de uma ciência e Robins diz que “nenhuma ciência (...) se mantém isolada, sem relação ou contato com outras ciências e com os círculos da comunidade em que se toleram ou se estimulam pesquisas de qualquer espécie” (1983, p. 3). Batista apresenta esse caráter interdisciplinar da área ao dizer:

(...) a busca pelo histórico não deixa de lado uma procura por entender essa linguagem que nos insere no meio social. Consequentemente, a linguagem verbal e suas formas de tratamento passam a ser objeto da reflexão histórica, assim como a política, a sociedade, a cultura, a economia e outros campos do saber. (BATISTA, 2013, p. 14)

Por meio do estudo dessas disciplinas e, a partir do momento em que se estabelecem conexões entre elas, pode-se entender o objetivo principal da disciplina: apresentar como o conhecimento sobre a linguagem foi construído, desenvolvido e praticado até chegar aos dias atuais. É por esse motivo que Batista diz que o adjetivo “historiográfico” “deve ser entendido como *escrita interpretativa de uma narrativa sobre episódios e fatos da História*” (2013, p.14), ou seja, para se fazer historiografia é necessário que o pesquisador adote um posicionamento analítico-descritivo que o permita interpretar os diferentes episódios da História que influenciaram a pesquisa linguística de determinada época. Pensando-se nessa característica da disciplina, Altman escreve:

Uma historiografia que trata apenas dos desenvolvimentos de uma disciplina no interior dela mesma, do ponto de vista da sua “matriz disciplinar”, como se ela tivesse surgido e se desenvolvido em um nada intelectual, social e político, é, em princípio, redutora. Corre o risco de deixar de lado um bom conjunto de razões que poderiam explicar por que determinado quadro de trabalho (ou teoria, ou modelo, ou programa de investigação) foi bem ou malsucedido (...) (ALTMAN, 2012, p. 22).

Essas considerações a respeito do caráter contextual da disciplina se relacionam ao que Koerner chama de “clima de opinião”³ e que Altman explica como sendo “o que cada membro de uma geração deve ter aprendido por pertencer a tal ou qual época” (ALTMAN, 2012, p. 22). Logo, percebe-se que dar atenção ao que se pensava em um determinado período contribui para a formação do pensamento linguístico de uma época. “Cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma só vez” (BLOCH, 2001, p. 7). Ao mesmo tempo, encontra-se aí o desafio do historiógrafo, o qual deve interpretar os estudos de determinada época, em associação com o seu contexto, e imprimir em seu próprio texto uma interpretação que leve em conta o receptor de ambas as épocas, aquele em que o texto foi escrito e o atual.

Além disso, os estudos historiográficos envolvem acontecimentos e pensamentos pessoais e públicos, muitas vezes de escolas e correntes intelectuais, o que torna necessário o estudo de um ponto de vista adotado não somente por uma pessoa, mas também por um grupo e como se chegou a uma conclusão em uma determinada época. Tudo isso faz, então, com que o *corpus* de pesquisa da área seja amplo e exija foco e dedicação do historiógrafo.

Tendo esses pontos em mente, entende-se que “o objetivo fundamental do historiador é o de *reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto*” (SWIGGERS, 2014, p. 43). Isso quer dizer que o pesquisador deve estar preparado para ter de lidar com outras ciências; ser um linguista para lidar com o ideário linguístico apropriadamente; ter amplo conhecimento histórico, visto que terá de lidar com opiniões das épocas em que o pensamento linguístico foi formulado e desenvolvido; além de ter uma base heurística, ou seja, de descobrimento ou busca de conhecimento e resolução de problemas, e outra base hermenêutica, ou interpretativa.

³ O termo ‘climate of opinion’ vem do historiador americano Carl Lotus Becker (1873-1945), o qual Konrad Koerner faz menção em seu artigo “A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem”, traduzido para a língua portuguesa por Rolf Kemmler e Maria Felicidade Moraes com base no artigo “The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science” (KOERNER, 1974b, 1978) e publicado em agosto de 2014 na coletânea de textos selecionados por Rolf Kemmler e Cristina Altman, sob o título *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*.

Para que haja historiografia é preciso também o interesse em descobrir ou pesquisar a respeito de algum questionamento linguístico. Esses questionamentos devem ser acompanhados de uma análise argumentativa que se utiliza do processo de contextualização para se fundamentar. Nesse processo de contextualização, como já abordado em partes, busca-se descrever e explicar as ideias linguísticas difundidas em determinada época e, com isso, pode-se oferecer então um estudo histórico-comparativo a respeito do tópico central que se está estudando.

A Historiografia da Linguística pode ser dividida em áreas de investigação, visto que cada um que se propõe a fazer um trabalho historiográfico escolhe, primeiramente, um tema ou uma área que deseja se aprofundar, elabora um plano de estudos – entende-se como o conjunto de instrumentos e a metodologia própria de cada historiógrafo – relacionado a essa área e dá atenção ao manuseio dos conceitos que são englobados por cada campo. As áreas de tipo referencial (que englobam esta dissertação) envolvem a história da gramática, da lexicografia, da semântica ou da pragmática. Já as áreas de tipo institucional são definidas em função de disciplinas, como a sociolinguística, a psicolinguística, a neurolinguística, entre outras. As áreas do tipo conceptual, por sua vez, são definidas pelas questões linguísticas que procuram tratar e formular a respeito das mudanças linguísticas, da noção de linguagem ou de língua e também sobre a origem da linguagem. A quarta área que pode ser definida diz respeito ao tipo ecolinguístico, em que se estudam as atitudes linguísticas, as qualidades de uma língua e seu funcionamento, ou até mesmo as correções linguísticas feitas com o passar do tempo.

Em suas considerações finais do livro que visa a apresentar uma introdução à pesquisa historiográfica, Batista (2013) reflete sobre a importância do trabalho historiográfico:

(...) um linguista (ou um bom gramático) será realmente um linguista (ou um gramático) se souber não só avançar nos conhecimentos de sua área, mas também se puder recuar, em uma reflexão teórica, ao passado de seu campo de estudos (BATISTA, 2013, p.105).

A análise feita até aqui sobre esse campo de pesquisa permite concluir que essa área de pesquisa contribui não só para o aperfeiçoamento das práticas reflexivas dos linguistas, como também os tornam pesquisadores mais completos, que têm uma visão geral da área em que planejam focar sua atenção. Além disso, o trabalho historiográfico se constitui como ‘uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo nos ensina sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais humanas’ (SWIGGERS, 2014, p. 49).

Koerner aponta quatro razões para defender o lugar da Historiografia da Linguística dentro da própria Linguística. A primeira delas tem a ver com o que foi apresentado no parágrafo anterior, ou seja, o linguista se torna mais completo à medida que estuda o material que deu base para o desenvolvimento do conhecimento de sua área. Ainda sobre essa razão, Koerner estabelece uma comparação entre o cientista e o assistente de laboratório, que nos ajuda a entender o peso do campo historiográfico: “(...) o cientista sabe de onde vieram as técnicas e quais são as suas limitações; o assistente de laboratório, dominando somente a arte do ofício, não o sabe (...)” (2014, p.13).

Outro motivo que o autor apresenta está relacionado à observação das teorias linguísticas, uma vez que são estudadas à distância, o que permite ao historiógrafo estabelecer comparações sobre o que pode ser considerado como ganhos significativos para a disciplina daquilo que apenas se passou como alguma investigação sem muito valor. Esse julgamento ainda habilita o historiógrafo – e essa é a terceira razão – a definir até que ponto teorias novas que surgem têm relevância dentro dos estudos da disciplina, visto que o posicionamento crítico deles evita que aceitem a toda e qualquer nova alegação.

Por fim, como quarto e último motivo, pode-se destacar a ampliação da experiência pessoal de cada indivíduo que se proponha a fazer esse tipo de estudo, visto que os estudos recorrem ao passado para entender como se deu a evolução da disciplina.

2.1 Parâmetros e princípios que orientam a disciplina

Swiggers (2010) propõe um organograma do campo historiográfico, que nos ajuda a entender como se dá o trabalho do historiógrafo da Linguística. O organograma se inicia pelos estudos das estruturas e dos fatos linguísticos, ou seja, os estudos que dizem respeito à reflexão ou à descrição linguística.

O rótulo “reflexão e descrição linguísticas” inclui, pois uma ampla gama de operações (mais ou menos) linguisticamente relevantes sobre estruturas linguísticas; estas vão desde o nível da linguística folclórica [*folk-linguistics*] (*folk-etimologia*; trocadilhos e jogos de palavras) e o desenvolvimento, desde apontamentos técnicos até modelos sofisticados de análise linguística e metodologias de comparação linguística em escala mundial. (SWIGGERS, 2010, p. 4, 5)

Esses pontos são responsáveis por analisar, comparar em termos históricos, geográficos e tipológicos, classificar e avaliar esteticamente as línguas. É nessa fase, então, que ocorre a contextualização histórica dos fatos linguísticos, ou seja, daquilo que se produziu sobre Linguística. Essa é também a fase que estabelece a base para a Historiografia da Linguística, visto que, ao narrar os fatos do passado, fornece subsídios para reflexões comparativas. Nenhum desses passos de caráter organizacional e metodológico do campo se faria possível sem que houvesse uma documentação bibliográfica e contextual, o que Swiggers chama, então, de epi-historiografia, que se vale dos procedimentos metodológicos da meta-historiografia para funcionar.

Assim como a meta-historiografia apresenta uma organização de fases de pesquisa, a Historiografia da Linguística também o faz. Podem-se dividir essas fases em três: heurística, hermenêutica e executiva. Na primeira fase, o historiógrafo deve ocupar-se de sua curiosidade e interesse em descobrir o novo por correr atrás de textos-fonte, observar os diferentes pontos de vista e as ideias difundidas em determinado período e contextualizá-las. A segunda fase se ocupa principalmente da interpretação dos fatos linguísticos. “Há de destacar-se o fato de que a interpretação implica uma dimensão *comparativa*, porque (quase sempre) se trata de relacionar conceitos/ autores/ modelos (SWIGGERS, 2014, p. 45). Por fim, a terceira fase envolve a demonstração dos resultados obtidos das duas primeiras. Nessa fase, deve-se observar a maneira como se realizou o trabalho expositivo do historiógrafo, sendo esse narrativo, seguindo uma sequência de fatos, tópico, com foco em um tema ou problema

linguístico específico ou combinatório, em que contexto e pontos de vistas são analisados. Além disso, não se pode deixar de considerar a intencionalidade do historiógrafo diante de determinada pesquisa. É por meio dessa consideração que se analisa, portanto, a relevância dos assuntos estudados e pesquisados para o historiógrafo.

Assim como toda disciplina de estudo, a Historiografia da Linguística segue alguns parâmetros que ajudam o historiógrafo a organizar os conhecimentos adquiridos e os fatos históricos e historiográficos coletados a fim de se tornar capaz de produzir inferências sobre aquilo que se pesquisou. A pesquisa historiográfica pode ser definida por dois eixos, os quais dizem respeito aos parâmetros de pesquisa do campo de estudos, sejam eles internos ou externos.

A parte da pesquisa que segue os parâmetros internos busca isolar os estudos científicos dos fatores externos que podem ter influenciado a formação do pensamento linguístico de uma época. Isso quer dizer que uma visão internalista da Historiografia da Linguística dá atenção “à forma do discurso empregado na teoria/ escola/ autor em análise”, além do “conteúdo do discurso veiculado” (BATISTA, p. 56, 2013). A parte centrada nos parâmetros externos, por sua vez, interessa-se pelo “aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área do saber e de suas práticas discursivas” (BATISTA, p. 56, 2013). Estudam-se, sob essa perspectiva, as estratégias usadas pelos teóricos e pensadores para convencer outros de sua época.

Além dos parâmetros de pesquisa elaborados e seguidos por Swiggers, a Historiografia da Linguística segue princípios que, segundo Koerner (2014), orientam a análise historiográfica. O estudioso nomeia esses princípios de acordo com as suas funções: contextualização, imanência e adequação.

Visto que os textos estudados pela disciplina em questão são resultado do estudo e da análise linguística de épocas passadas, faz-se necessário que o “clima de opinião” do período seja entendido e levado em conta. O princípio da contextualização, portanto, visa a entender o pensamento linguístico de um dado momento e chegar a conclusões relativas a como esse pensamento influenciou as ideias linguísticas da época. Atrelado ao princípio da contextualização está o princípio da imanência que, conforme o próprio

significado da palavra, envolve o entendimento na própria essência do todo. Isso só pode ser alcançado mediante a compreensão completa dos textos estudados e analisados, respeitando-se, porém, a terminologia da época e não procurando aplicar o que foi apreendido à linguística moderna. Somente após seguir os primeiros dois princípios é que o historiógrafo se torna apto para dar mais um passo, rumo ao terceiro princípio, o da adequação. Por meio desse princípio, espera-se que o pesquisador, o qual já examinou detalhadamente o que se pensava e quais eram as colaborações para a disciplina que se buscava alcançar, possa adequar as terminologias examinadas aos estudos modernos, deixando sempre explícito que se trata de uma aproximação realizada por ele próprio. Esse percurso dos princípios da pesquisa historiográfica é comentado pelo próprio autor, que escreve:

Se, e somente se, estes três princípios, isto é, a contextualização histórica e intelectual, a análise do texto no seu próprio quadro teórico (...) e uma descrição clara das ferramentas empregues na tentativa de tornar o texto mais facilmente acessível ao linguista moderno, estão adequadamente tidos em conta, é que se pode esperar que distorções sérias das ideias e intenções dos linguistas, dos filósofos da linguagem, ou dos gramáticos do passado possam ser evitadas. (KOERNER, 2014, p. 59)

Pelo que se observa do comentário acima, seguir os princípios delimitados por Koerner evita que o historiógrafo fuja daquilo que foi pensado na época em que ele tem estudado e ao mesmo tempo o auxilia a fazer as relações com os estudos modernos de maneira adequada, sem que elabore, por exemplo, teorias forçadas a respeito de um assunto específico.

2.2 O problema da metalinguagem e da influência

Pelo que se considerou até aqui, as etapas de construção de uma pesquisa em Historiografia da Linguística exigem que o pesquisador se debruce em torno de um referencial teórico estudado anteriormente ao período moderno e que respeite, dessa forma, aquilo que foi pensado em épocas passadas. Tal respeito envolve o estudo aprofundado das ideias linguísticas e do que se considerava como enfoque central dos estudos de um período em especial.

Um problema que surge a partir da análise e das considerações feitas pelo historiografo está relacionada à questão da metalinguagem, “isto é, o uso da linguagem para a descrição de conceitos, ideias ou teorias linguísticas de períodos anteriores de estudo, de forma tal que não traia o sentido ou a intenção de seu autor” (KOERNER, 2014, p. 91). Na tentativa de expor aquilo que se considerava importante nos estudos sobre a linguagem de modo que os seus leitores consigam entender mais facilmente o que se diz, muitas vezes tentando aproximar o que narra às teorias e terminologias modernas, o pesquisador acaba distorcendo os fatos linguísticos. Por esse motivo, faz-se necessário estabelecer uma metalinguagem capaz de apresentar teorias anteriores da maneira como foram apresentadas no período em que foram desenvolvidas, tomando o cuidado de não distorcer essas teorias mediante a facilitação da linguagem empregada na narrativa.

Embora o cuidado com a linguagem seja imprescindível para o sucesso da análise historiográfica, não se pode deixar de abordar os assuntos pesquisados de maneira crítica, visto que uma abordagem puramente histórica traz poucos resultados. Não é à toa que Koerner aponta como terceiro princípio de uma pesquisa em Historiografia da Linguística a questão da adequação, como já abordado acima. Seguir, portanto, os três princípios delimitados pelo autor evitam que conclusões ou relações equivocadas se façam e permite que a história e as teorias linguísticas do passado sejam colocadas em seus devidos lugares.

Além do problema da metalinguagem, surge outra questão: a da influência, que diz respeito “à datação correta das referências citadas nos relatos históricos” (KOERNER, 2014, p. 91). O que pode ser de grande importância em um trabalho como este diz respeito aos antecedentes dos autores analisados, como explica Koerner, visto que “sua tradição familiar, escolaridade, primeiros estudos e os interesses pessoais e as ocupações durante os seus anos de formação” (2014, p. 101) podem servir como pistas ou até mesmo como conclusões acerca das teorias e dos conceitos elaborados por eles. A dificuldade, portanto, encontrada pelo historiografo, que por sua vez deve procurar ser muito preciso, está em encontrar e apontar as datas corretas que fornecem embasamento para a comprovação do cruzamento entre as teorias e seus respectivos autores e o que os influenciou.

CAPÍTULO III

Língua Portuguesa e instrumentos linguísticos no século XVI: elementos de história externa

Feitas essas considerações a respeito do que é a Historiografia da Linguística, sua organização, metodologia e importância em meio aos estudos sobre a linguagem, faz-se necessário comentar sobre o foco de pesquisa que este trabalho historiográfico procurará abordar.

Até agora, pôde-se mencionar brevemente que a pesquisa que se propõe fazer envolve a análise e a descrição da formação do pensamento linguístico sobre questões concernentes ao processo comunicativo em textos de tradição formal: a gramática de Língua Portuguesa e a apologia, ambas do século XVI, de João de Barros. Comentou-se também que o enfoque que se planeja dar para esta pesquisa consiste em apresentar e analisar fatos linguísticos que no período escolhido para análise não eram o foco dos linguistas, que visavam abordar questões de ordem formal da língua. Logo, esta pesquisa tem como *corpus* de pesquisa materiais canônicos, porém intenta observá-los de uma ótica marginal, ou seja, daquilo que pouco se tratou explicitamente, a fim de que se observem os elementos que constituíam o cerne da pesquisa linguística do passado.

De acordo com Bloch, a história se define pela busca (2001, p. 24) e tem como objeto de estudo o homem no tempo. Visto que existe essa preocupação de se entender as mudanças que ocorrem com a humanidade em um período de tempo, observar a história do pensamento gramatical é de ajuda para se entender a própria evolução do pensamento humano. Fazer uma história da tradição gramatical se faz importante, então, para se valorizar os estudos atuais sobre o pensamento linguístico-gramatical da época atual, bem como entender o que se dá e o porquê de os estudos seguirem os rumos que seguem.

A tradição clássica e a preocupação com o falar correto têm sua origem na Antiguidade, período em que Grécia e, mais tarde, Roma eram as grandes potências mundiais. A civilização grega se interessava pelo entendimento dos

modos de ser do homem no universo e, por isso, naquele período desenvolveram-se muitas filosofias decorrentes dos pensamentos de nomes reconhecidos até hoje, como Platão, Aristóteles e Sócrates.

Um dos campos de reflexão grega se deu no âmbito da linguagem. Alguns fatores que contribuíram para essa formação de pensamento ou até mesmo indagações sobre o funcionamento da linguagem foram suas relações comerciais com povos considerados bárbaros – maneira pela qual os gregos se referiam aos povos de fala ininteligível para eles –, além do fato de que o próprio grego se encontrava dividido em variados dialetos.

Então, com o intuito de formar uma identidade nacional e, de certa forma, educar a nação, passou-se a considerar os poemas clássicos, por exemplo, a *Ilíada* e a *Odisseia*, ambos de Homero, como desempenhando um papel importante na educação grega, visto que esses “eram recitados em público e considerados como fonte de preceitos morais” (ROBINS, 1983, p. 09).

A partir da divulgação de textos clássicos com o objetivo escolar, surge a preocupação com o falar e o escrever bem. Estabelece-se relação, então, entre a literatura clássica com o falar correto, em oposição aos dialetos falados na época. Com o advento de ideias que faziam essa relação, tornaram-se necessários comentários sobre a língua, bem como sobre a análise de conteúdo dos textos em questão.

Ao período helenístico pertencem numerosos glossários de dialetos diferentes do ático, prova evidente das pesquisas sistemáticas que se fizeram sobre as divergências entre variedades do grego que tiveram representação escrita (ROBINS, 1983, p. 13).

Tais glossários permitiam, então, que a população grega pudesse entender plenamente os textos tomados como fundamentais em relação à boa escrita, visto que a existência de muitos dialetos gregos dificultava a compreensão deles.

A criação desses manuais foi o primeiro passo para a elaboração das gramáticas. A gramática grega, como já explicitado, centrava-se no estudo da língua escrita dos autores literários clássicos. Esse estudo descritivo tinha como base a palavra e o paradigma, ou seja, o olhar dado às reflexões linguísticas tinha como foco a forma. Pode-se observar isso analisando os

comentários sobre Platão e Aristóteles em relação ao tratamento das gramáticas.

Platão conforme se afirma, foi o primeiro a considerar com seriedade o assunto, pois em seus diálogos vamos encontrar uma divisão fundamental da frase em um componente nominal e outro verbal, *ónoma* e *rhêma*, que permaneceu como distinção gramatical primária, subjacente à análise sintática e à classificação de palavras de toda descrição linguística subsequente.

Aristóteles manteve esta distinção, mas acrescentou uma terceira classe de componente sintático, a dos *sýndesmoi*, que compreendia o que mais tarde se chamou conjunção, artigo e pronome; incluía ainda, possivelmente, as preposições, embora isto não esteja claro nos exemplos citados. (ROBINS, 1983, p. 20)

A citação acima mostra o ponto de vista adotado pelos pensadores da Antiguidade face às gramáticas da época e, pelo que se observa, o tratamento dado a elementos comunicativos são nulos, visto que nas gramáticas clássicas e nas posteriores, que seguiram o modelo deixado pelos gregos, o objetivo era o de descrever e analisar a própria língua grega, ou fazer com que o ensino dos poemas clássicos se tornasse mais compreensível, principalmente para aqueles que se comunicavam a base dos dialetos da época.

Em suma, a gramática que era proposta pelos gregos, uma gramática baseada na palavra, tinha como procedimentos o isolamento das palavras, a classificação delas, que poderia se aplicar a qualquer língua, e a formação de categorias gramaticais, de âmbito morfológico ou sintático.

Considera-se como autor da primeira descrição explícita que se conhece de língua grega, Dionísio da Trácia (*circa* 100 a.C.). Autor da *Téchnē grammatikē*, Dionísio escreve:

“A gramática é o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e prosadores. Divide-se em seis partes: primeira, leitura exata (em voz alta), com a devida atenção à prosódia; segunda, explicação das expressões literárias das obras; terceira, preparo de notas sobre fraseologia e temática; quarta, descobrimento das etimologias; quinta, determinação das regularidades analógicas; sexta, crítica das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática”. (ROBINS, p.1983, p. 24, 25)

Novamente se percebe o tratamento formal dado à língua. A análise daquilo que se considerava como boa leitura em combinação com a exaltação

das composições clássicas eram, então, o centro dos estudos gramaticais da cultura grega. A gramática de Dionísio da Trácia admite a existência de uma comunicação ao abordar as partes do discurso e considerar a categoria de pessoa, porém acaba deixando as reflexões desse campo para a filosofia e apegando-se à forma⁴.

Essa visão estruturalista e classificatória das gramáticas se manteve por muitos séculos a partir dessa tradição grega. Os romanos, por exemplo, seguiam os mesmos modelos deixados pelos gregos. Conforme Robins, os gramáticos latinos voltaram a atenção “para a linguagem da literatura clássica, pois a gramática servia como introdução e fundamentação dos estudos literários” (1983, p. 43), da mesma forma que ocorria na Grécia Antiga.

Observar, portanto, o início dos estudos gramaticais, sem deixar de lado o seu desenvolvimento com o passar dos séculos, permite que se faça uma série de apontamentos concernentes à natureza das mudanças gramaticais e, além disso, pode revelar até que ponto a natureza interativa da linguagem humana é deixada de lado ou não é tratada como um tema central nesse tipo de texto chamado Gramática.

O ser humano é dotado de fala e se difere dos animais também por essa característica. Organizar a maneira de se comunicar, além de tarefa necessária, é fundamental ao homem, o qual tem a gramática, como conhecimento de estrutura da língua, como conhecimento inato. O interesse nessa organização e na definição das partes do discurso não é um trabalho que surgiu nos tempos modernos. Desde os primeiros séculos, Platão, Aristóteles e outros filósofos gregos, os chamados sofistas e estóicos, procuraram discorrer sobre a gramática, apontando, cada um, seus pontos de vista e interesses.

O que se pode colocar como temática central e comum a todos os que buscaram estabelecer uma tradição gramatical é o fato de que a grande preocupação dos filósofos e gramáticos era apontar que a língua e a linguagem requerem beleza e justeza e que esta “diz respeito à boa composição, à eufonia, à correção: estuda-se o ritmo, a harmonia, e estuda-se o emprego adequado dos diferentes recursos” (NEVES, 2002, p. 33).

⁴ Cf. a análise que Neves (2002, p. 35-48) faz sobre as categorias propostas por Dionísio da Trácia.

Em cada uma das escolas filosóficas gregas, a questão da beleza e da justeza variava de acordo com as crenças dos filósofos. Alguns acreditavam que a linguagem deveria ser tratada como algo de caráter mais filosófico, relacionada ao ser; outros a estudavam como uma linguagem voltada a analisar a verdade ou as estratégias de convencimento.

Ainda que o posicionamento dos filósofos gregos seja diferente em alguns aspectos, a linguagem ainda é considerada como objeto de análise. Para os gregos, a gramática é vista como a busca dos mecanismos internos da língua, um estudo das condições de produção de sentidos, enquanto para os gramáticos ela é vista como descrição ou prescrição da língua, em que há a exaltação de um modelo do bem dizer, o falar/ escrever correto, que deve ser utilizado como padrão para o uso da língua.

Neves (2002, p. 19) destaca que “a imagem do usuário da língua está na obra de todos, a imagem do usuário da obra ‘gramatical’ está apenas na obra dos últimos”, exatamente porque a preocupação em colocar em evidência um modelo a ser seguido parte da ideia dos gramáticos e não dos filósofos.

Essa imagem do usuário como aprendiz é a que dirige, especialmente, as atividades do **gramatikós**. Ele é que, como **kritikós**, julga as obras do passado, procura suas virtudes e seus possíveis vícios e os aponta aos usuários com a finalidade maior de expor e oferecer modelos. Essa exposição dos modelos necessariamente desce à explicitação do sistema; metodicamente se estudam, um a um, seus elementos; metodicamente se descrevem as estruturas. (NEVES, 2002, p. 21)

O gramático, portanto, além de exercer o seu papel de descrever a língua, torna-se crítico e passa a julgar o material que será considerado como modelo de apresentação, de falar ou de escrever. A gramática, nesse sentido, desconsidera toda e qualquer variedade linguística que não se enquadre aos moldes estabelecidos por esse ser crítico. É através, então, da escolha dos exemplos considerados como modelos a serem copiados que se inicia o trabalho de descrição das estruturas e dos elementos que o compõem.

Ainda sobre a escolha desses modelos, Mattos e Silva (2015, p. 12) argumenta que, desde a sua origem, a gramática “procurou estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que

dela faziam aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais ‘bem acabados usuários’”, ou seja, aqueles que contribuíram para a literatura da época. Essa escolha, por sua vez, acaba por revelar um posicionamento ideológico, reflexo de uma organização social de uma classe dominante que faz uso das regras e da maneira de falar privilegiada pela gramática. Mattos e Silva continua a discorrer sobre essa característica ideológica por apontar que

Os embates político-sociais que percorriam a Grécia clássica se refletem no direcionamento que toma a reflexão sobre a linguagem.

Esses embates podem ser delineados (...) na disputa filosófica e política entre a sofística e Platão. Enquanto para os primeiros a língua, o falar era uma propriedade do indivíduo – falar é ser livre, o poder persuasivo da palavra – para Platão o discurso coincide com o ser e não com cada indivíduo como sujeito. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 13)

O surgimento de alguns grupos deu origem ao estudo das línguas e sua constituição gramatical, porém cada um deles tinha objetivos de estudo distintos e específicos. Destaca-se aqui, primeiramente, as contribuições de Platão e Aristóteles, dos sofistas, dos estóicos e dos gramáticos Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo antes da análise que se propõe nesta dissertação sobre as obras de João de Barros.

Platão e Aristóteles se preocupavam com a questão da denominação, do *lógos* ou nome. Esse posicionamento surge desde os dias de Sócrates, o qual pensava que o falar correto significa denominar corretamente. O estudo do nome em Platão atinge uma dimensão ainda mais profunda, visto que procura entender as relações entre o ser e o não-ser. Esse raciocínio segue a lógica de que algo pode ser dito como verdade, sendo, portanto, uma informação verdadeira e fidedigna, ou pode ser dito como falsidade, entrando, assim, no campo da representação.

Em Platão, a linguagem é vista como objeto de investigação e “conduz a alguma coisa que não ela mesma e, portanto, o discurso pode dizer ou não dizer a verdade” (NEVES, 1987, p. 45). Ainda que a questão da denominação tenha tido um grande espaço nas investigações de Platão, de acordo com o seu pensamento, a verdade ou a falsidade só podem ser expressas no dizer e não no denominar.

Embora Platão e Aristóteles tenham feito menção à gramática em alguns momentos, eles não o fizeram de maneira organizada, como se tivessem o objetivo de produzir uma. Ao exaltar a denominação, os filósofos gregos acabaram por esbarrar em divisões de classes de palavras e até em separações de ordem sintática, esta última mais presente nos estudos de Aristóteles.

Mesmo que os estudos deles ainda precisassem ser adequados e guiados de maneira mais eficiente, Robins (1983, p. 21) declara que “o mais importante é observar que eles deram o primeiro passo para forjar uma metalinguagem técnica para a descrição e análise do grego, extraída de uma língua que até então não tinha sido utilizada com este fim”.

Antes mesmo das opiniões de Platão e Aristóteles virem à tona, os sofistas haviam se debruçado sobre questões da linguagem. Embora os estudos de Platão tenham dado origem à linguagem como objeto de investigação e de estudo mais organizado, os sofistas tinham um modo de lidar com esse objeto de estudo de maneira particular: a linguagem como uma maneira de persuadir, de fazer crer. A atividade dos sofistas é datada da segunda metade do século V a.C. e o interesse pela utilização da linguagem estava amplamente imbricado ao fato de que se pretendia formar o homem político, que “inclui a formulação de regras de conduta prática. Não se quer ensinar nenhuma verdade, apenas ensinar a vencer em todas as discussões, a ter sempre razão em todas as questões” (NEVES, 1987, p. 35).

Assim, pois, a marca que caracteriza a sofística está na intenção, que se resume na busca de proveito, contra a intenção da Filosofia, que se resume na busca da verdade. (NEVES, 1987, P. 36)

Para os sofistas, o interesse pela verdade ou pela busca dela não era algo a ser considerado, como o fazia a filosofia de Platão. Eles procuravam utilizar a linguagem de maneira a tirar proveito e, por isso, valiam-se da persuasão.

Um dos sofistas considerados importantes foi Protágoras, que considerava o fenômeno da linguagem enganador, visto que os argumentos, segundo ele, podem tornar algo falso em verídico facilmente, basta que a escolha de palavras aliada à persuasão entre em jogo.

Isso revela que a linguagem era considerada questão de aparência. A fim de que esse objetivo fosse atingido, a preocupação com a linguagem correta, mediante o uso de palavras bem compostas e bem aplicadas, era grande. Pensar a língua com a atenção voltada à função persuasiva fazia com que “os sofistas desenvolvessem esforços para obter o máximo de eficiência linguística e se preocupassem de modo particular com o ensino do uso correto da linguagem” (NEVES, 1987, p. 40).

A atividade exercida pelos sofistas não pode ser considerada de cunho gramatical, entretanto o que foi realizado contribuiu para a sistematização dos estudos que levaram à construção do que se entende por Gramática nos dias atuais. Neves (1987) explora um pouco mais esse assunto ao escrever que

O que se valoriza é a prática da linguagem, e, por isso, a atenção se volta para as formas linguísticas, que se tornam objeto de curiosidade. Desenvolve-se um interesse linguístico que há de ter significação na história da gramática. O simples fato de se aplicar atenção especial à forma linguística exterior representa um importante passo, embora nada haja, ainda, de gramatical no interesse sofisticado pelo correto uso das palavras. (NEVES, 1987, p. 43)

Após a análise dos interesses sofísticos e filosóficos em Platão sobre a importância dada ao estudo da linguagem humana, cabe explorar um pouco sobre o desenvolvimento desses estudos a partir de Aristóteles, o qual encaminhou o trabalho para o período helenístico⁵, época em que os estudos gramaticais passaram a ganhar forma.

Em Aristóteles, “a linguagem é expressão de tudo o que é, (...) pois é só através de seu exame que a ‘realidade’ pode ser examinada” (NEVES, 1987, p. 61). O filósofo encara o *lógos*, a palavra, como uma forma política de organizar a linguagem e, por isso, preocupa-se com o modo de dizer. Aristóteles não focaliza sua atenção a uma linguagem ornamentada, que pouco se preocupa com a elocução. O que ele sempre buscou analisar foi a eficiência de comunicação garantida pelo conveniente uso dos recursos da fala. A partir,

⁵ “O período helenístico caracteriza-se por um contato de civilizações heterogêneas, com o conseqüente exercício de influências recíprocas. Para os gregos, a civilização estranha era inferior, e os contatos representavam, mais que tudo, helenização. Declina a *pólis*, Atenas perde a hegemonia intelectual, descentraliza-se a vida artística e cultural, mas os gregos se apegam à sua civilização, que consideram superior” (NEVES, 1987, p. 79).

então, da sistematização, amparada pela lógica, é que se percebe a preparação para a abstração da linguagem da filosofia e, portanto, para a constituição da gramática como ciência do bem dizer.

É com os estoicos que essa sistematização passa a ser desenvolvida, não somente por conta de seus estudos, que tinham como base o significado, mas também por conta do contexto da época helenística, a qual estavam inseridos. “O desaparecimento da *pólis* e o confronto de culturas fazem surgir a consciência da posse de uma linguagem naturalmente justa que deve ser investigada (direção teórica) e preservada (direção prática)” (NEVES, 1987, p. 91).

A preocupação relativa à preservação da cultura e da língua grega faz com que os estudos gramaticais ganhem espaço e interessem os grandes estudiosos da época. “Os estoicos, (...) acreditando numa relação necessária entre as formas léxicas e os conceitos, entendem que à regularidade universal deve corresponder uma regularidade linguística. Os desvios e irregularidades são tidos por anomalias” (NEVES, p. 1987, p. 95). Essa dicotomia analogia/anomalia se torna, portanto, a questão principal na formação da disciplina gramatical. Por intermédio de comparações feitas na própria língua grega e as variáveis aceitáveis dela, faz-se possível a identificação dos desvios e das irregularidades dessa língua, ou seja, das anomalias apresentadas por ela. Desse modo, a Gramática como disciplina começa a ganhar forma.

A lógica estoica tinha “por base o que pode ser dito com sentido. Só há fala se a palavra é compreendida pelo ouvinte”, de acordo com eles (NEVES, 1987, p. 82). A busca da justeza em conexão com esse pensamento lógico, relacionado ao sentido, explicam outro porquê de se fazer necessário o estudo gramatical: a análise das línguas que se pretendiam eternizar exigia o estabelecimento de regras de funcionamento e, para tal, conhecer a língua – sua estrutura, suas variações e possibilidades de construções – era essencial. Assim como abordado em Neves (1987, p. 99), “a exposição dos fatos dessa língua é, afinal, a *gramática*”.

Durante o período helenístico, a valorização da pesquisa e do pensamento crítico cresceram. Esse modelo de educação colaborou para a construção de um patrimônio literário, que por sua vez serviu de base para as análises propostas pelo novo caminho de pesquisa que havia surgido, o estudo

sobre as relações entre as palavras e as sentenças e o olhar particular para cada um desses, o estudo gramatical. Surgem, portanto, os gramáticos, especialistas que analisavam os textos, explicando-os e julgando-os, assim como faziam os críticos, mas mais importante ainda, corrigindo-os e enquadrando-os em modelos e regras responsáveis por ditar o bem dizer.

Era para facilitar a leitura dos primeiros poetas gregos que os gramáticos publicavam comentários e tratados de gramática, que cumpriam duas tarefas: estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisa) e proteger da corrupção essa língua “pura” e “correta” (docência), já que a língua quotidianamente falada nos centros do helenismo era considerada corrompida. (NEVES, 1987, p. 105)

Constitui-se dessa maneira, a partir de então e de modo oficial, a arte de ler e escrever. Os fatos da língua passam a ser estudados sistematicamente e a gramática passa a ser considerada como uma disciplina independente. Através dessa disciplina, exalta-se o espírito grego, bem como as obras que antes ocupavam apenas a memória do povo e se tornam objeto de análise e ensino. Busca-se, assim, preservar e disciplinar o uso linguístico.

Dentre os gramáticos mais importantes da época, podem-se destacar Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo. Dionísio define a natureza da disciplina como prática, não-especulativa. Para ele, a Gramática devia se ocupar dos seguintes aspectos: “leitura praticada segundo as regras da prosódia; explicação dos poetas segundo os tropos que neles aparecem; explicação natural dos fatos linguísticos e históricos; investigação etimológica; exposição da analogia; julgamento das obras” (NEVES, 2002, p. 52). Vale ressaltar que a exposição da analogia, como previa Dionísio o Trácio, diz respeito à busca da analogia de formas, ou seja, ao estudo próprio da gramática.

Já Apolônio Díscolo, que viveu na primeira metade do século II d.C., foi o responsável por tratar especificamente da sintaxe como campo de pesquisa pela primeira vez. “Apolônio se baseia na observação dos fatos, buscando princípios e regras a partir da pluralidade de exemplos (...). Os princípios e regras devem ser buscados observando-se a língua em sua tradição e a analogia das formas entre si” (NEVES, 1987, p. 119).

3.1 Da tradição gramatical latina à tradição gramatical em Língua Portuguesa

Assim como foi descrito acima, a iniciação aos estudos gramaticais na Grécia foi de grande importância para o desenvolvimento de uma tradição tal como a reconhecemos hoje.

Com o aumento do poder de Roma, o mundo se encontrava dividido entre o posicionamento grego e o latino, próprio do povo romano do ocidente. O Império Romano era dividido, portanto, entre o Império Ocidental e o Oriental. No Império Ocidental, “o latim falado (...) foi paulatinamente substituindo as línguas primitivas na maioria das províncias ocidentais, transformando-se, no decorrer do tempo, nas modernas línguas românicas, ou neolatinas, da Europa contemporânea” (ROBINS, 1983, p. 35). O fato de a administração grega predominar no Oriente desde o período helenístico manteve a língua ativa no leste.

Ainda que houvesse essa separação, o Império Oriental se viu na necessidade de aprender e ensinar a língua latina a toda a população, visto que o contato entre os Impérios ocorreu, fazendo com que esse ensino se tornasse uma obrigação de todos.

Tendo em vista o crescimento do latim durante o império romano, a sistematização, o ensino da cultura e do bem dizer latinos se tornaram alvo de interesse dos estudiosos romanos. Ainda que o objeto de trabalho, a língua latina, tenha sido colocada em foco durante o período em que Roma estava no poder, os estudos sobre a linguagem se pautaram amplamente nas experiências do trabalho intelectual dos gregos.

A linguística romana foi em grande parte aplicação à língua latina do pensamento grego, controvérsias gregas e categorias do grego. As estruturas básicas relativamente similares das duas línguas e a unidade cultural alcançada no mundo greco-romano facilitaram esta transferência metalinguística. (ROBINS, 1983, p. 36)

Sobre essa transferência do pensamento grego para a gramática latina, podemos destacar a separação das categorias gramaticais tanto dos gregos quanto dos latinos. Em relação ao número de categorias, nada muda, afinal são oito em ambas as línguas. No entanto, o latim não faz uso dos artigos

como faziam os gregos. A diferença principal, então, está na oitava categoria. Enquanto para os gregos há os artigos, para os latinos há a interjeição.

A tradição gramatical latina tem início com Varrão que, influenciado pelo pensamento estoico, define a sua gramática como “o conhecimento sistemático do uso linguístico da maioria dos poetas, historiadores e oradores” (H. FUNAIOLI, 1907, p. 265 *apud* ROBINS, 1983, p. 37). Exaltar os grandes pensadores da época e se valer de sua eloquência ou maneira de utilizar a língua faz de Varrão alguém que se preocupou em manter os padrões gregos, principalmente de Dionísio da Trácia, e utilizá-los na construção da gramática latina. Grande parte da descrição e análise do latim na obra do gramático decorre do tratamento que ele deu à dicotomia analogia/ anomalia.

Para Varrão, a linguagem desenvolveu-se a partir de um conjunto limitado de palavras básicas que se fizeram aceitas para representar os objetos e que serviram para produzir novas palavras através das mudanças de letras ou da forma fonética (ambas as coisas significavam o mesmo para ele). (ROBINS, 1983, p. 37)

O interesse de Varrão no tratamento dado à linguagem estava relacionado às séries de palavras que poderiam se formar de uma mesma raiz. As categorias de análise propostas por ele tinham essa característica, a mudança de letras ou da forma fonética que representava a produção de novos sentidos.

Varrão, o primeiro gramático latino de destaque, e Prisciano, que pode ser considerado o gramático mais representativo da tradição latina, em suas gramáticas, mostram que a formalização descritiva da gramática latina se tornou a base da educação em sua época e em períodos posteriores.

A gramática era, portanto, instrumento de introdução e fundamentação dos estudos literários. Embora seus trabalhos tenham ganhado destaque, “a maior parte do trabalho que fizeram não apresenta quase nenhuma originalidade; apenas se esforçaram em aplicar ao latim as categorias e a nomenclatura gregas” (ROBINS, 1983, p. 42), substituindo, como já mencionado, apenas uma dessas categorias. Isso fica ainda mais evidente na obra de Prisciano.

Embora se apoie muito nos seus predecessores latinos, o seu objetivo era transferir da melhor maneira possível para o latim o sistema gramatical delineado na *Technē* de Dionísio e nos escritos de Apolônio. A admiração que tinha pela linguística grega, particularmente pelas ideias de Apolônio e de seu filho Herodiano, “as maiores autoridades em gramática”, aparece claro na introdução e em várias passagens de sua gramática. (ROBINS, 1983, p. 44)

Dessa forma, percebe-se ainda mais claramente a influência e a importância dos gramáticos gregos na formação da tradição gramatical latina. Os estudos desenvolvidos por estes colaboraram para esse feito e fizeram com que os gramáticos latinos pudessem ampliar, mesmo que minimamente, através do estudo de uma nova categoria, a visão da disciplina gramatical. Além disso, o estabelecimento de uma tradição latina foi o primeiro passo para o interesse pela análise linguística das línguas que surgiriam posteriormente, incluindo o português.

No período da Renascença, caracterizado pelo “declínio e a queda do Império Romano, o reflorescimento do saber, a ressurreição do humanismo e do nacionalismo, a reforma religiosa” (ROBINS, 1983, p. 52), o Império do Oriente conseguiu se manter melhor do que o do Ocidente, que se viu diante de batalhas contra diversos povos bárbaros. Por conta disso, o Império Oriental deu continuidade ao pensamento grego.

Ainda que o grego tenha se mantido, a utilização da língua latina nos mosteiros, abadias e igrejas colaborou para o crescimento do estudo acerca dessa língua.

Nas instituições dominadas pelos clérigos cristãos, a literatura pagã, isto é, as obras dos autores da Antiguidade clássica, foi motivo de suspeita, e se encontram exemplos de manifesta hostilidade a esses autores e à linguagem em que escreveram, em contraste com o tratamento dispensado ao latim que, estando mais próximo da fala coloquial, foi posteriormente usado na Vulgata e adotado pela Igreja. (ROBINS, 1983, 54)

O fato de o latim ser mais utilizado na fala popular, pelo que se observa, foi outro fator pelo qual ele cresceu tanto no Império Romano. Por ser usado por membros do alto clero e da cristandade, tornou-se a língua de maior

erudição. A partir de então – e não somente – a disciplina gramatical latina ganhou mais força.

Após o declínio do Império Romano Ocidental, “os estudos realizados foram sobretudo de ordem prática e normativa; Prisciano e Donato eram as principais autoridades em gramática, e suas teorias e sistematizações pouco foram modificadas” (ROBINS, 1983, p. 55). Donato e Prisciano produziram seus trabalhos voltados majoritariamente ao ensino do latim, um trabalho de cunho didático e pedagógico.

(...) o mais conhecido e significativo desenvolvimento linguístico na Idade Média é o conseguido através das “gramáticas especulativas” ou tratados *De modis significandi*, escritos por autores que viveram durante o período de apogeu da filosofia escolástica (circa 1200-1350). As gramáticas especulativas foram muito além do exigido para o ensino do latim, convivendo lado a lado com manuais didáticos, como o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu. (ROBINS, 1983, p. 58)

Os modistas, ou seja, os responsáveis pela produção das gramáticas especulativas, realizavam os seus trabalhos mediante a junção daquilo que já havia sido produzido em língua latina por Donato e Prisciano à filosofia. Eles procuraram dar validade universal à norma da gramática latina, por meio de exemplos da própria língua latina. O grande feito que pode ser atribuído aos modistas está ligado ao tratamento dado por eles à estrutura da frase e à análise sintática.

É, portanto, a partir dos modistas que se tem registro da criação de enunciados descontextualizados, que tinham a pura finalidade de servir como exemplos para as análises estruturais propostas por eles. Observa-se, então, a nítida diferença entre os gramáticos do final da Idade Média e os do início. Enquanto “a Varrão interessavam os problemas de regularidade morfológicas; aos modistas interessavam as questões de função sintática” (ROBINS, 1983, p. 67).

Após esse longo trajeto, chega-se ao período conhecido como Renascimento, época considerada como marco do início do mundo moderno. A descoberta de novos povos por meio dos avanços tecnológicos relacionados às grandes navegações impulsionou a propagação do conhecimento.

Além disso, a ampliação dos horizontes leva a uma nova realidade linguística: há a sistematização do estudo das línguas vivas europeias e as obras de gramáticos não europeus passam a influenciar a tradição europeia. A exemplo disso, o hebraico passa a ter grande prestígio e, com o latim e o grego, tornou-se motivo de orgulho da nação.

O interesse pelo árabe e pelo hebraico e pelas distintas tradições de estudo de ambas as línguas contribuiu para o afrouxamento dos laços que até então ligavam a linguística quase exclusivamente ao grego e ao latim. Esse desligamento foi fortalecido pelo poderoso impulso que recebeu o estudo das línguas vernáculas da Europa, que passaram a ser consideradas em si mesmas como objetos dignos de investigação científica. (ROBINS, 1983, p. 78)

A partir de então, a formação dos Estados nacionais colaborou para que o sentimento de orgulho patriótico aumentasse e, assim, as variedades linguísticas próprias de cada nação conseguiram ser reconhecidas como línguas oficiais. Essa característica da época fez com que a investigação científica, ou seja, o estudo da gramática de cada uma dessas línguas se fortalecesse⁶.

Os estudos renascentistas, assim como a tradição gramatical grega, consideraram a literatura como modelo de regras e de correção gramatical. “Para muitos pensadores da primeira fase do Renascimento europeu, as principais características da época foram o ressurgimento do saber antigo e a revalorização da obra do mundo clássico greco-romano” (ROBINS, 1983, p. 85). Visto que as línguas escritas eram também faladas, a pronúncia correta foi um dos focos das gramáticas renascentistas, bem como a grafia, resultado dos avanços relacionados à imprensa.

Em suma, Robins (1983, p. 89) resume o período renascentista, as mudanças em relação ao olhar científico dado às gramáticas e aos avanços tecnológicos da seguinte maneira:

A queda do latim como língua internacional do saber e da autoridade, o pleno reconhecimento conquistado pelas línguas

⁶ “Vários fatores contribuíram para despertar o interesse dos estudiosos pela até então nunca sonhada riqueza de línguas do mundo: a colonização do Novo Continente, as viagens marítimas, o estabelecimento em novas terras de entrepostos comerciais e de colônias de expatriados, a obra dos missionários” (ROBINS, 1983, p. 81).

vernáculos da Europa, as novas descobertas no campo das línguas não europeias, tudo isso ajudou a configurar a ideia de que o homem era capaz de aperfeiçoar as línguas, e mesmo criá-las, para satisfazer as necessidades do seu próprio tempo. (ROBINS, 1983, p. 89)

O período renascentista, portanto, é marcado por um momento de quebra, de ruptura da tradição gramatical latina, visto que é aberto espaço para a análise e apreciação das línguas vulgares que surgem do latim.

Uma dupla ruptura, portanto, vem a ser efectuada no séc. XVI, época de espaços fechados do universo medieval – através dum discurso que se assume como um discurso crítico: a gramática deixa de ser só gramática latina, para ser vernacular, mas passa a ser só a redução dos fenômenos linguísticos a uma ordem descritiva e normativa: o estudo dos mecanismos da língua e não qualquer outro tipo de obras cuja focagem é o fenômeno linguístico sob perspectiva diferente. (BUESCU, 1984, p. 14)

Destaca-se na citação a Buescu acima que, embora as línguas vulgares tenham ganhado espaço nos estudos gramaticais, buscou-se fazer a descrição e a normatização dessas línguas, o que resultou nas gramáticas pedagógicas do período e que se basearam nas análises e no fazer gramatical latino para se estruturar.

3.2 A Revolução Tecnológica da Gramatização

O desenvolvimento dos saberes linguísticos e a evolução do pensamento gramatical foram resultado dos fenômenos culturais de cada época. O entendimento do processo de descrição e instrumentalização de uma língua é definido por Auroux como gramatização. O autor ainda aponta que além do surgimento da imprensa, que colaborou para a propagação das ideias e do conhecimento, inclusive linguísticos,

As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. Podem-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia. O *purismo* e a *exaltação*

da identidade nacional com seu acompanhamento de constituição/preservação de um *corpus* literário (seja religioso ou profano) são, por exemplo, fenômenos quase universais na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes linguísticos. Suas causas podem, entretanto, ser muito diversas: o aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo etc. (AUROUX, 2014, p. 31)

O autor acima citado ainda afirma que “antes do século XIX europeu e o desenvolvimento da fonética experimental não contamos inovação tecnológica que tenha agido sobre o conhecimento da linguagem” (AUROUX, 2014, p. 31). A experimentação com respeito à ortografia e os manuais da boa escrita produzidos, que consideravam como estudo da língua e da linguagem a criação de regras, não eram considerados por Auroux como inovação, pois apenas repetiam os moldes clássicos deixados pelos gregos e latinos. Isso pode ser comprovado por meio da menção à gramática grega e latina nas definições gramaticais produzidas pelos gramáticos do século XVI.

Ainda do que foi posto acima, pode-se considerar como causa do início de uma mudança o fato de que as línguas vulgares tenham ganhado força a partir do Renascimento por conta do aumento populacional das cidades, a expansão colonial, as grandes navegações e o comércio com outros povos. Sobre esse assunto, João de Barros, um dos autores das gramáticas do período (século XVI), assume que a criação do léxico português é resultado das conquistas territoriais e do comércio estabelecido com outros povos (BARROS, 1540, p. 11). Assim, a gramatização, ou o processo de descrição e instrumentalização de uma língua por meio da gramática e dos dicionários, surge por conta de interesses práticos e por uma política de uma língua dada. Sobre esses dois aspectos, Auroux (2014, p. 50) faz a divisão e comenta:

Essa necessidade é capaz de responder ela mesma a vários *interesses práticos*:

- [5] i) acesso a uma língua de administração;
- ii) acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- iii) acesso a uma língua de cultura;
- iv) relações comerciais e políticas;
- v) viagens (expedições militares, explorações);
- vi) implantação/exportação de uma doutrina religiosa;
- vii) colonização

A segunda causa da gramatização concerne essencialmente à política de uma língua dada (ela é, pois, suscetível de afetar a língua materna) e pode se reduzir a dois interesses:
[6] viii) organizar e regular uma língua literária;
ix) desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo (AUROUX, 2014, p. 50).

A partir do processo de gramatização, por conta da escrita e da imprensa, as relações comunicativas sofreram transformação, visto que as traduções das gramáticas e dos dicionários se tornaram parte do desenvolvimento cultural humano, no sentido de que os usuários podiam se tornar capazes de aprender uma nova maneira de se comunicar.

3.3 João de Barros – autor e obra em contexto

Os séculos XV e XVI representam grandes avanços na história de Portugal, que passa a ser encarado como uma potência em virtude das grandes navegações e das relações comerciais. Tais navegações foram responsáveis pela expansão do território português no mundo, colonizando áreas de continentes distantes e considerados obscuros até então, como a América. Levantava-se no período na Europa e no mundo o movimento renascentista, em que se exaltava o retorno à antiguidade clássica. Esse movimento arrasta-se até o século XVI e, a partir de então, ideias humanistas passam a se desenvolver no meio dos estudos europeus.

A conquista territorial portuguesa foi responsável também pelo interesse do colonizador pela preparação de uma Gramática Pedagógica, visto que o ensino de língua entrava em destaque, pelo constante convívio com outros povos exigia que a comunicação fosse aprimorada e que se estabelecesse uma relação de dominação entre ambas as partes.

Isso em relação não somente ao português, mas também em relação a línguas de outros povos que participavam da expansão territorial “se sonhavam como língua imperialista, projetando a sua expansão pelas novas terras conquistadas, a exemplo dos romanos e do latim” (HUE, 2007, p. 16). A respeito disso, destacam-se também o papel e o trabalho desempenhados pelos jesuítas, que se ocuparam na questão do ensino.

A cada novo território conquistado, impunham-se a fé cristã, bandeira firmemente levantada por Portugal, fiel a seus princípios católicos, e também a sua língua. (LIMA, 2011, p. 33)

O apego ao ideal católico foi responsável por fazer com que Portugal tivesse esta atitude: delegar a questão do ensino à Igreja nas terras colonizadas. Em Portugal, o ensino era fornecido aos da nobreza. Aos que não faziam parte dessa classe cabiam os ensinamentos religiosos.

Nota-se, portanto, que a Língua Portuguesa estava à frente dos interesses do império português, visto que servia como meio de colonização dos novos territórios além de ser um importante modo de propagar a fé católica. “O império pretendia se solidificar não apenas comercialmente ou na conquista bélica dos territórios, mas também com a expansão da língua, com alfabetização em português e com a conversão dos povos ao catolicismo” (HUE, 2007, p. 17).

Diferentemente de outros países que defendiam a criação de uma língua nacional como meio de unificação dos povos conquistados, Portugal também visava utilizar a língua como maneira de exaltação de sua nação e de expandir seu território. A epopeia nacionalista *Os Lusíadas* exemplifica o desejo português de exaltar seu povo e suas conquistas.

É nesse contexto que João de Barros escreve a *Grammatica da Língua Portuguesa*. Nascido na cidade de Viseu, em Portugal, o autor foi um novelista, poeta, filósofo, historiador e gramático-pedagógico que viveu entre os anos de 1496 e 1570. Por conta de seus contatos sempre muito influentes no cenário político da época (amigo de D. Manuel e D. João III), Barros acabou recebendo bons cargos públicos, chegando até mesmo a exercer a função de tesoureiro da Casa da Índia. Sua grande produção, a *Grammatica da Língua Portuguesa*, foi publicada no ano de 1540 e tem caráter normativo e pedagógico.

Antes mesmo da publicação de sua gramática, João de Barros publicou a *Cartinha*, um livro didático dedicado à iniciação à leitura e à escrita. Desse livro, surgiram a gramática acima citada e mais dois compêndios, o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da Viçosa Vergonha*, que apresentam as conclusões do autor e outros textos de leitura. Toda essa produção foi publicada entre o período de dezembro de 1539 e janeiro de 1540, ou seja, em um mês.

A escritura de compêndios como os diálogos acima citados liga-se estreitamente ao desejo dos povos da época de defender e ilustrar as línguas vulgares. “Todos defendiam que a língua vulgar poderia ser tão digna, capaz da mesma expressividade e de abarcar os mesmos conteúdos da cultura quanto a latina, e, ainda, afirmavam ser a língua nacional superior a todas as demais” (HUE, 2007, p. 14).

O gênero diálogo servia na época para discussão das ideias, em que os autores encenavam conversas entre vários indivíduos sobre assuntos da atualidade. Diálogos sobre interesses gerais foram escritos e publicados e abordaram assuntos tais como “ética, filosofia, astronomia, política, religião, retórica, botânica, música, amor, vida cotidiana, moral, sobre doutrina matrimonial, sobre as cores da pintura” (HUE, 2007, p. 18).

Tanto o século XV quanto o XVI foram um marco histórico para Portugal, que se tornou uma potência econômica, social e cultural, resultado das grandes navegações e também das conquistas territoriais do país. Tal expansão foi responsável por desencadear a mistura entre os povos e a cultura.

“A cada novo território conquistado, impunham-se a fé cristã, bandeira firmemente levantada por Portugal, fiel a seus princípios católicos, e também a sua língua” (LIMA, 2011, p. 33). Outro motivo que incentivou a busca por novos territórios e a conquista deles era a fé religiosa calcada no Cristianismo. A religião católica via nessas expedições a oportunidade de levar os ideais cristãos a outros povos.

O objetivo primeiro, quando da conquista dessas terras, era o de evangelizar os *gentios* que, segundo Zurara, (1937[1463]) uma vez escravos, em Portugal, eram tão bem tratados que nunca mais pensavam em fugir, mas esqueciam-se de sua terra, já que ficavam atraídos pela bondade da nova terra em que se encontravam. (BASTOS; PALMA, 2004, p. 27)

O ensino dos princípios religiosos católicos envolvia mais do que apenas espalhar os ideais cristãos pelo mundo. Ao ensinar o Evangelho ao povo local, os colonizadores se impunham como dominantes e, portanto, faziam com que os colonizados perdessem sua identidade. A Igreja representava a elite do conhecimento do período, visto serem os monges e o clero a classe social mais culta e letrada.

Assim, podemos dizer que, de certa forma, era a Igreja tão ou mais poderosa do que o Estado e, como tal, tornar-se-ia sua grande aliada na conquista do Novo Mundo... (BASTOS; PALMA, 2004, p. 35)

O gramático escolhido para estudo considerava seu trabalho com a língua como arte, pois tinha como objetivo estabelecer a autonomia da Língua Portuguesa e ensinar as regras do bem dizer e da justeza do falar, assim como ele próprio explica:

Grammatica, vocábulo grego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a definição que lhe os gramáticos derã: é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. (BARROS, 1540, p. 6)

Além de ter a intenção de apresentar a maneira correta para o bem dizer e escrever, João de Barros ainda tinha a intenção de exaltar a Língua Portuguesa em comparação com as outras línguas vulgares, especialmente o castelhano, e apresentá-la como língua autônoma.

Embora houvesse esse interesse, o Latim como língua mãe foi mencionado por Barros, que não deixou de apresentá-lo como base do Português. Ao mencionar a construção das partes da língua lusitana, por exemplo, fez questão de apontar: “Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, *imitando sempre a ordem dos latinos*, como temos de costume” (BARROS, 1540, p. 62 – grifo nosso).

Bastos aponta também que “a cada um dos passos da gramática, os exemplos revelam uma intenção formativa nos domínios da religião e da moral” (2007, p. 143), o que já se esperava de alguém que estava envolvido com a classe dominante da época.

A gramática de João de Barros, como apontado, é de cunho pedagógico, visto que se propunha o ensino da língua materna e não da língua latina, tal como ocorreu nos tempos anteriores.

Fávero explica que o grande número de gramáticas pedagógicas da época é resultado da expansão territorial, que “coloca o homem da Europa em contato com outros povos, impondo-lhes sua língua” (1996, p. 21).

O próprio João de Barros levanta essa questão ao tratar da Diçã, ou seja, da Etimologia da língua. O escritor menciona que “basta saber que temos

latinos, aravigos, e outros de diversas nações que conquistamos e com quem tivemos comércio: assim como eles tem outros de nós” para analisar de onde surgiram os vocábulos da língua.

Além do interesse comercial que envolvia as questões comunicativas, o uso da língua revelava poder (e ainda é assim nos dias atuais). “Formar” ou “doutrinar” povos a fim de que utilizassem determinada língua impunha força e poder a uma nação e, por isso, havia o interesse extenso por esse tipo de gramática.

A fim de ter êxito, esses livros precisavam antes de tudo ter linguagem simples e clara, para que as pessoas da época pudessem compreender o funcionamento da língua em questão.

Por esse motivo, João de Barros manteve as normas do uso culto, mas exemplificou com exemplos do dia a dia. Ao tratar da construção dos verbos impessoais, os quais “sam os que nam tem números e pessoas, e se conjugam pelas terceiras” (BARROS, 1540, p. 66), como define o gramático, Barros faz a utilização de um exemplo doutrinário, que, ao mesmo tempo, apresenta a visão da Igreja a respeito dos costumes e pensamentos da época: “A my convém dar doutrina, a ty releva aprender ciência, aos homens apraz ter dinheiro, às mulheres cumpre onestidade, e a todos obedecer aos preceitos da igreja” (BARROS, 1540, p. 66).

É possível, portanto, identificar como posicionamentos principais das obras desse período:

- a) preocupação dos gramáticos com a semelhança entre a gramática portuguesa e a latina, pelo prestígio do latim como língua de expressão culta;
- b) autoritarismo gramatical – criação de normas para uniformizar a ortografia;
- c) estudo cada vez mais profundo do léxico, produzindo, como consequência, a publicação de dicionários;
- d) sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa face às demais. (VASCONCELOS, 1929, vol. 4, p. 865 *apud* FÁVERO, 1996, p. 23)

Leite de Vasconcelos aponta o que foi escrito acima e Fávero concorda com seus apontamentos. O século XVI foi um período de grandes criações, como os dicionários das línguas vulgares, provenientes da necessidade de estudar o léxico dessas novas línguas. Houve nesse século a experimentação

com respeito à escrita e à ortografia. Pode-se comprovar isso, por exemplo, com a utilização do til (~) ou das letras “m” e “n” após o uso de uma vogal para indicar a nasalização delas. Exemplo claro dessa experimentação acerca da ortografia é observado na página 10, em que a palavra “tempo” aparece com duas grafias diferentes: “tempo” e “têpo”. Buescu menciona o seguinte a respeito do fim desse século:

Ao terminar o século, podemos dizer que “os dados estão lançados” e a fisionomia ortográfica delineada na sua feição moderna, após um estudo reflexivo do “certo e do errado”. Vai, enfim, projectar-se o estabelecimento duma *norma*, baseada no uso e na autoridade, a partir de definição do justo, do legítimo e do correcto, após a superação conseguida pela instauração dos *modelos* literários. (BUESCU, 1984, p. 42)

Os apontamentos referentes ao contexto histórico da época em que João de Barros e suas obras estão inseridos, bem como algumas das características dessas obras que são relativas ao clima de opinião do período, fazem-se importantes para a análise que é proposta no capítulo seguinte. Entende-se que os parâmetros escolhidos para analisar o *corpus* desta pesquisa não podem ser considerados de maneira singular, vistos separadamente, sem que haja relação entre eles. Portanto, o capítulo seguinte tratará de questões específicas a respeito da estruturação e do conteúdo das obras, sem deixar de mencionar como as informações deste capítulo servem de base para a análise.

CAPÍTULO IV

**Língua Portuguesa e a linguagem em uso:
conhecer, usar e defender a língua no
século XVI**

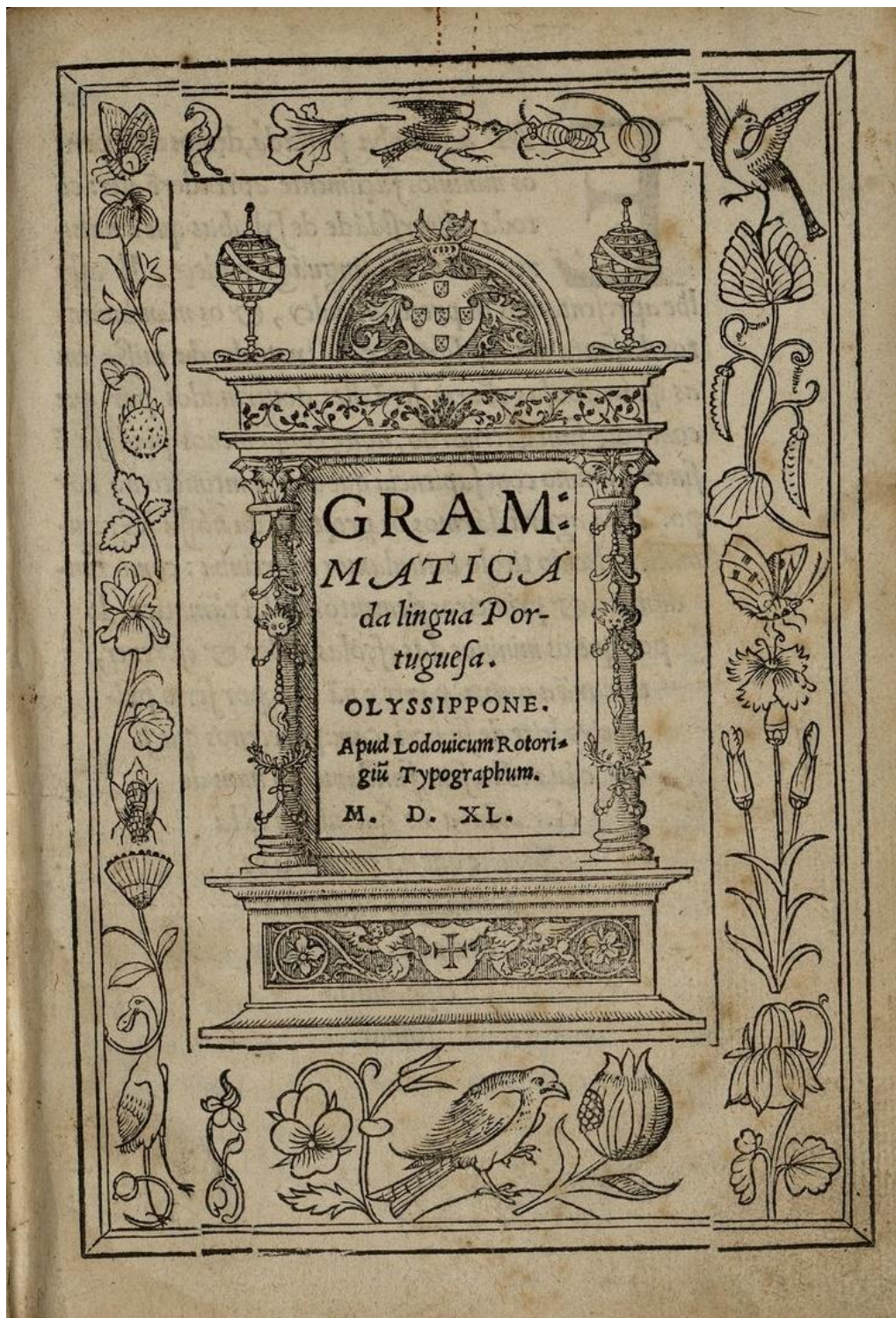


Figura 1: frontispício da Gramática da Língua Portuguesa, de João de Barros, século XVI.

João de Barros (1496-1570), gramático português do século XVI, autor da *Grammatica da língua Portuguesa* (1540) e do *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540), escreve estes compêndios e os dedica ao estudo normativo-pedagógico da língua portuguesa e à defesa ao uso dela em relação às outras línguas vulgares que surgem na época e até mesmo de sua língua mãe, o Latim.

Seu objetivo é o de estabelecer a autonomia da Língua Portuguesa e ensinar as regras do bem dizer e da justeza do falar. Como intenção geral de sua obra, preocupa-se com a formação moral e religiosa da nação portuguesa e a exaltação da Língua Portuguesa, estabelecendo comparações entre ela e o espanhol, principalmente, e apontando o Latim como língua-mãe. Além disso, João de Barros busca estabelecer a sistematização da língua com o objetivo de apontar como falar e escrever bem. Escrever a respeito dessa sistematização da língua estava ligado diretamente, portanto, aos interesses de Portugal, que, como grande potência colonizadora, precisava mostrar seu poder não somente em termos territoriais, mas também linguísticos. Além disso, a importância desse trabalho exercido por Barros está ligada a outra questão: à dominação dos povos colonizados e à defesa da Língua Portuguesa, considerada como superior às das nações conquistadas. Essa era, então, mais uma maneira de Portugal aumentar seu poder e mostrar sua hegemonia.

A *Grammatica da língua Portuguesa* (1540) apresenta 102 páginas e trata-se de uma gramática pedagógica. Observa-se a seguinte divisão na obra: “Da létera”, que trata da ortografia, “Da sílaba e seus acidentes”, ou seja, a prosódia, “Da diçám”, que é o mesmo que a etimologia, e, por fim, “Da construçám”, própria da estrutura da língua, ou a sua morfossintaxe (nos termos atuais) com o tratamento de fenômenos de regência e concordância.

Há, portanto, quatro partes que a constituem, e a língua latina serve como ponto de referência, visto ser a língua mãe. O autor considera como nove

as partes do discurso: nome (substantivo e adjetivo), verbo, pronome, advérbio, artigo, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Percebe-se, então, que a organização proposta por Barros se assemelha com a que era proposta na antiguidade clássica e, por isso também segue os moldes da língua latina.

Logo, nota-se a influência do movimento da época, o Renascimento, em relação à produção autoral das gramáticas em língua portuguesa do século XVI. É de fato compreensível entender que o processo de revolução tecnológica da gramatização não considera exatamente uma inovação nos estudos sobre a linguagem que eram produzidos na época, visto que se tratava de uma repetição, ou adaptação, ou, ainda, ampliação, de um modelo, ou seja, daquilo que já havia sido moldado, no caso das gramáticas, pelos gregos e latinos.

Sobre o tratamento dado por Barros em sua gramática à fonética, percebe-se que houve a fixação do “sistema ortográfico em coerência com o sistema fonológico e com as realidades fonéticas da língua” (BUESCU, 1984, p. 141).

E por que a mais pequena destas partes é a letra, donde se todas as dições compõem: vejamos primeiro dela, e de si das outras três. Nam segundo convém à ordem da Gramatica especulativa, mas como requiere a preceitiva: usando dos termos da Gramatica latina cujos filhos nós somos, por nam degenerar dela (BARROS, 1540, p. 7).

A divisão das partes da gramática e a das partes do discurso em Barros – tanto as quatro principais da gramática quanto as nove classes gramaticais – são baseadas, como se pode ver na citação acima, na Gramática Latina.

O autor faz questão de fazer referência à língua mãe como matriz do Português e de sua gramática. Ao apresentar a definição e o número das letras, o gramático novamente faz menção à origem da língua portuguesa: “(...) e per semelhante modo podemos julgar das outras, que em número sam vinte e tres, **como as dos latinos de quem as nós recebemos**” (BARROS, 1540, p. 8 – grifo nosso).

Ainda que haja a intenção do autor de apresentar a origem da língua Portuguesa, logo em sua introdução é possível perceber em que medida ele busca diferenciá-la do Latim, quando ele, ainda discorrendo a respeito das

letras, menciona que “temos mais estas tres prolações: ch, lh, nh, as quães sam próprias da nossa lingua: e usamos delas em soprimento de tres letras de que nam temos figura” (BARROS, 1540, p. 9).

Além dessas características, é possível perceber nos exemplos escolhidos e produzidos pelo autor a preocupação doutrinária a fim de se apresentar uma nação perfeita, com os papéis do homem e da mulher bem definidos e, acima de tudo, a obediência à Igreja:

A my convém dar doutrina, a ty releva aprender ciência, aos homens apraz ter dinheiro, às mulheres cumpre onestidade, e a todos obedecer aos preceitos da igreja (BARROS, 1540, p. 66).

Já o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540) constitui-se como parte separada da Gramática e apresenta 20 páginas de reforço de que a língua Portuguesa deve ser exaltada ou louvada, como o próprio título da obra se apresenta.

4.1 A Grammatica da língua Portuguesa e o tratamento da comunicação⁷

Após a leitura da gramática em questão, pôde-se constatar alguns trechos que comprovam as afirmações postas anteriormente. Nesta seção se buscará apresentar citações que apontem como se deu o tratamento do processo comunicativo tendo em vista o clima de opinião da época.

Ao lado da descrição e normatização da língua, esse sim o objetivo principal da obra, a formação moral e religiosa da nação portuguesa e a exaltação da Língua Portuguesa apareciam como apoio para a gramatização da língua. Os exemplos utilizados pelo autor no decorrer de sua análise gramatical certificam isso.

Sól, lua, glória, fama, memória, nam tem plurar. E quem algum nome destes levar ao plurar que a orelha possa sofrer, nam encorrerá em pecado mortal: dado que em rigor de boa

⁷ A fim de que se compreenda mais facilmente a mensagem, procurou-se realizar adaptações em relação à ortografia utilizada por João de Barros. Isso não é visto como um problema, pois o trabalho em questão não visa estudar os aspectos ortográficos e, sim, a presença ou a ausência do tratamento do processo comunicativo nas obras desse autor.

linguagem sam mais próprios do singular que do plural. (BARROS, 1540, p. 23, 24)

Dous números tem o pronome, Singular e Plurar. Singular, como quando digo, Eu confesso a Christo, e per plurar, e nós que o confessamos guardamos mal sua doutrina por nossas culpas (BARROS, 1540, p. 34)

O uso de palavras, expressões e exemplos relacionados à vida cristã são comuns na obra de Barros. No primeiro exemplo acima, pode-se observar a presença do julgamento do que pode ou não ser considerado como pecado mortal. Ainda que o uso incorreto do singular e do plural das palavras destacadas por ele não leve ninguém a cometer esse tipo de pecado, o gramático expressa seu desejo em relação àquele que as profere de maneira errônea: que suas orelhas sofram. Sofrer, nesse caso, relaciona-se ao fato de que o povo deveria se dar conta do erro em favor da boa linguagem. Já no exemplo seguinte, pode-se observar explicitamente a menção a Cristo e ao ato incentivado pela Igreja, a confissão dos pecados pelos fiéis pecadores.

Logo no início de sua definição do que é Gramática, Barros aponta que se trata de um modo certo e justo de falar ou escrever que se relaciona diretamente ao *uso* dos barões considerados doutos, ou seja, cultos, doutores, que utilizavam a língua de maneira exemplar, seguindo de perto os acordos e normas ditadas pelo bem dizer ou escrever. Essa definição em si representa uma tentativa de exaltar a língua a um nível considerado como elevado, visto que é atribuída àqueles que fazem parte da alta sociedade portuguesa.

Ao definir sílaba, o autor a considera como parte da gramática que se relaciona à prosódia, ou seja, à entoação das palavras: “Syllaba, é uma das quatro partes da nossa Gramática que corresponde à Prosódia, que quer dizer acento e canto” (BARROS, 1540, p. 9). A palavra “canto” utilizada por Barros é entendida nesse ponto como junção de uma vogal com duas ou às vezes três consoantes, “que juntamente fazem uma só voz” (BARROS, 1540, p. 10).

Ainda que a definição de sílaba se aproxime muito mais do tratamento que é dado à fonética do que ao tratamento do processo de comunicação, a preocupação com a maneira de se entoar as palavras ou sílabas demonstra a intenção de ensinar como as pessoas da época deveriam fazer para entoá-las,

característica das gramáticas pedagógicas. Só a partir da explicação dos acidentes relativos às sílabas é que se observa a menção ao uso delas.

O terceiro acidente da Syllaba, é canto alto ou baixo: por que como os músicos alevantam ou abaixam a voz cantando, assim nós temos a mesma ordem, como nesta diçã, le, mos, que na primeira Syllaba alevantamos, e na segunda abaixamos. E dado que em alguma maneira poderamos estender com regras pera a cantidade e acento das nossas Syllabas: deixamos de o fazer, por que pera se bem exemplificar as suas regras ouvera de ser em tróvas, que tem medida de pés, e cantidade de Syllabas. E por que o tempo em que se as tróvas faziam e os homens não perdiam sua autoridade por isso, é degradado destes nossos reynos: ficará esta matéria pera quando o uso o requerer. (BARROS, 1540, p. 11)

Ao explicar a prosódia, Barros apresenta que o canto alto ou baixo de determinada sílaba é dado pela entoação das palavras colocadas em trovas, visto que os trovadores utilizavam não só o conteúdo para construir o lirismo de seus textos, como também forma e métrica, dada pela quantidade de sílabas poéticas em cada um dos versos.

Ao escrever, então, que “ficará esta matéria pera quando o uso o requerer”, Barros aponta que a escolha prosódica feita pelos autores/trovadores, baseada na necessidade particular deles, é que delinearía o bom uso ou o uso correto do levantamento ou abaixamento da voz.

Outra característica da gramática de João de Barros é que em alguns momentos ele faz a apresentação das funções das classes gramaticais, especialmente nos exemplos dados. A título de exemplificação temos o uso da forma verbal do particípio do verbo esforçar, esforçado, que serve como adjetivo. Barros explica que

Este nome esforçado, é adjetivo que se ajuntou ao nome substantivo Eitor: o qual adjetivo lhe dá alguma mais calidade da que tinha, ca per ele entendemos o esforço de Eitor (BARROS, 1540, p. 18).

O gramático também aponta que existem momentos em que a escolha linguística será mais ou menos eficaz, dependendo da ênfase que se quer dar a uma sentença. Por exemplo, ao abordar as figuras do pronome (as quais ele divide em simples e compostas), Barros exemplifica com o uso das formas “eu”

e “eu mesmo” e destaca que a segunda formação é mais enfática do que a primeira. A escolha entre ser mais enfático ou não fica à cargo do falante que, dependendo de seu propósito comunicativo, fará a escolha linguística adequada ao contexto em que está inserido. Dessa forma, ainda que Barros não tenha dedicado sua escrita da gramática à consideração explícita da comunicação, exemplos como esse revelam que ao apresentar a norma e os diferentes usos e suas implicações, o autor esbarrava implicitamente no que significa tratar da comunicação. Nota-se no trecho abaixo que mesmo em uma tradição formal, como a que a gramática de Barros se insere, houve consideração sobre a interação verbal e os efeitos de sentido produzidos pelo uso da língua.

Esta cõposição destas duas partes, eu mesmo, não faz mais, que acrescentar uma eficácia e vehemencia ao pronome, a que os gregos chama, Emphasim: por que mayor eficácia tem dizer, eu mesmo escrevy esta arte, que eu escrevy esta arte (BARROS, 1540, p.33).

A palavra “uso” se manifesta nos exemplos dados pelo autor e nos conceitos por ele apresentados. No trecho abaixo, embora o gramático não faça a utilização dessa palavra, pode-se observar que a ideia dela se manifesta, visto que ele apresenta que a vontade do povo é capaz de transformar a regra gramatical, ou seja, a forma linguística é condicionada pelo povo.

Nome diminutivo, é aquelle que tem alguma diminuição do nome principal donde se derivou: como de homem, homenzinho, de molher, molherzinha, de moço, mocinho: de criança, criancinha. E outros muitos que se formam e acabam em diferentes terminações: mais per vontade do povo que por regra de boa Gramática (BARROS, 1540, p. 17).

Ainda que os estudos sobre o uso da língua e de que o povo ou o usuário transforma a língua ainda não tivessem surgido, nesse trecho pode-se perceber que o uso das formas diminutivas acabava por se originar e se formar mais pela vontade do povo do que pela regra gramatical. Há, portanto, a ideia de que a língua não é estanque, ou seja, pode e sofre alterações relacionadas também ao uso da população. Novamente pode-se perceber que o autor se

preocupa em apresentar pontos que estão relacionados ao uso da língua pelas pessoas e, assim como tratou da ênfase em determinadas palavras a fim de se alcançar algum propósito comunicacional, Barros deixa implícita a ideia de comunicação quando aponta que a escolha linguística tanto de uma forma quanto de uma estrutura por parte da população pode transformar a língua, ou seja, a comunicação a transforma.

A esse uso da língua é que o gramático se refere na página 30 e aponta que ele tem grande força.

E se o uso não fosse em contrário que tem gram força acerca das cousas, nam me pareceria mal desterarmos de nós esta prolação e orthografia galega. Por que a meu ver quando quiserem guardar a verdadeira orthografia destas dições, se deve dizer, Razam, e no plural, razões (BARROS, 1540, p. 30).

Quando o autor continua a tratar do grau dos substantivos, esbarra novamente na palavra “uso” quando escreve: “Verdade é que alguns nomes que recebemos do latim, vay a significação superlativa já formada, assim como, doutíssimo, sapientíssimo, e outros que o uso nos fez próprios” (BARROS, 1540, p. 19).

O uso, portanto, de alguns substantivos no grau superlativo que haviam sido emprestados do latim se tornaram tão comuns entre a fala da população portuguesa da época que acabaram entrando no vocabulário do Português e, por isso, o uso os fez próprios. Outro exemplo a respeito desse uso encontra-se na parte em que o autor escreve a respeito “Dos nomes participiães”: “Participial nome se chama, aquelle que vem de algum participio: como amado amador, de douto, doutor, **e outros que o uso nos insina (...)**” (BARROS, 1540, p. 19, 20 – grifo nosso).

Dessa maneira, ao tratar do léxico e de sua expressividade em relação do uso das palavras o gramático visava orientar a nação sobre que usos eram considerados apropriados. Ainda que a abordagem escolhida por ele, resultado de uma visão do que significava fazer gramática na época, fosse normativa, o autor, de maneira implícita, considerou o uso como parte de um saber importante que está relacionado à interação verbal. Estabelecer, então, uma norma padrão à língua portuguesa representava apontar à nação que existiam normas do uso da língua que ditavam o conhecimento do bom uso dela.

Ao tratar da diçám ou da etimologia, Barros apresenta um posicionamento acerca da importância do comércio e das relações que se estabeleceram na época. A origem dos vocábulos é atribuída a diversas nações, as quais o povo português teve contato. “Basta saber que temos latinos, aravigos, e outros de diversas nações que conquistamos e com quem tivemos comércio: assim como eles tem outros de nós” (BARROS, 1540, p. 11). Ao colonizar outras nações e entrar em contato com diversos povos para estabelecer relações comerciais, por exemplo, os portugueses ficavam expostos à influência do estrangeiro e, dessa forma, faziam adaptações à sua língua que levavam em consideração aquilo que aprendiam quando estavam em contato com esses povos.

A escrita de João de Barros indica sua preocupação em ensinar como utilizar a língua. Tal utilização tem como base a normatividade da língua, segue as regras impostas por ela. Ainda assim, essa utilização é fortemente imbricada com a maneira pela qual os latinos a utilizavam. Ao tratar dos verbos impessoais, o autor inicia sua explicação fazendo menção a eles: “Chamam os latinos verbo Impesoál, todo aquelle que se conjuga pelas terceiras pessoas do número do singular, e nam tem primeira nem segunda pessoa” (BARROS, 1540, p. 40). Quando menciona os verbos impessoais da voz passiva, por conseguinte, mostra que a língua portuguesa não tem os verbos neutros, de onde os latinos derivam a estrutura para formação dessa forma verbal, mas aponta que o uso dessa forma em português deve seguir a seguinte composição:

(...) quando falámos per este modo, tomamos o verbo em a terceira pessoa do número singular, e este pronome da terceira pessoa, se, e reciprocado, dizemos, No páco se pragueia fortemente (BARROS, 1540, p. 40).

Nota-se então mais um dos objetivos da Gramática: revelar aos portugueses como se estruturava a sua língua.

Temos mais estas regras pera os artigos. Todo nome próprio se rege sem artigo: e o caso genitivo muitas vezes se rege desta preposição: De, per semelhante exemplo. Joam de Barros foi o primeiro que pos a nossa linguagem em arte: e a memeria de António seu filho que a levou ao príncipe nosso

Senhor, nam será esquecida. Aquy está o nome de Joam de Barros sem artigo: e o de António regido da preposição, de (BARROS, 1540, p. 29).

Além de apresentar as regras de utilização do artigo antes dos nomes e do uso da preposição antes dos nomes próprios no caso genitivo, ou seja, os casos que indicam posse, o exemplo de João de Barros indica a visão que ele tinha com respeito ao trabalho que ele próprio estava produzindo. O autor considerava-se como o primeiro a tratar da linguagem como arte.

Referir-se a esse tipo de tratamento à linguagem significava apresentar a técnica da língua. Como a referência que ele faz aos usos da língua que estavam subordinados ao bem dizer, ou seja, aos usos considerados corretos e a indicações de formas mais adequadas para a troca verbal, sua abordagem da comunicação partia de um viés normativo. Estabelecer uma norma que leva em conta o falar correto pode ser considerado como tratar da interação verbal, visto que a não utilização do que a regra propunha significava infringir um padrão que era exaltado pelo povo e principalmente pelos da alta sociedade.

Até mesmo diferenças básicas produzidas pelo uso ou não do acento agudo foram tratadas pelo autor. Ao fazer a diferenciação entre o tempo vindouro (futuro do presente do indicativo) do tempo passado não acabado do modo para desejar (pretérito mais que perfeito do indicativo):

Suprimos também o tempo vindouro deste modo, quando dizemos, Amará, lerá, ouvirá, será: com o acento no, á, final, a diferença de Amára, lera, ouvira que sam do tempo passado não acabado do modo pera desejar, que somente o acento faz a variação dos tempos e modos. Alguns outros modos temos de variar e suprir os tempos de nossas conjugações: os quaes por acontecerem poucas vezes deixo, e também por dar matéria aos coriósos que nisso quiserem entender. Estes me parecem asáz pera nossa introdução: e que ao uso da nossa linguagem sam mais comuns (BARROS, 1540, p. 54).

Novamente há a menção ao uso da linguagem, levando-se em conta o que era considerado mais comum, ou seja, o uso estava ligado diretamente à maneira pela qual a língua deveria propor normas. Apontar comparações relacionadas às formas verbais com o intuito de apresentar as diferenças entre elas evidencia que o autor estava levando em conta o uso da língua e, portanto, o processo comunicativo, já que as diferenças referentes aos tempos

e modos verbais são de ordem semântica. Ainda que o autor não tenha tratado disso de maneira declarada, o simples fato de mencionar esse assunto revela seu conhecimento dos papéis desempenhados por cada modo e tempo verbal e isso mostra, então, que o tratamento da comunicação existe.

A visão dos portugueses em relação a outros povos pode ser conferida também no momento em que se trata da concordância do substantivo com o adjetivo nas frases. Essa diferenciação é ainda maior quando o autor se refere aos negros.

E não diremos, homem boa, que desfalece a natural ordem da construção per que nos avemos de entender e parecerá mais fala de negros que de bons portugueses (BARROS, 1540, p. 63).

Barros aponta no trecho acima que o erro de concordância na fala ou na escrita não pode ser atribuída a uma característica da fala dos bons portugueses e, sim, dos negros. Há um sentimento de superioridade em relação aos negros impregnado nessa construção também pelo fato de que Portugal, como colonizador, impôs sua língua a esses povos. Além disso, menciona-se novamente que o uso correto é relacionado aos bons portugueses, ou seja, existe um julgamento de valor sobre aquele que usa a língua de maneira correta e aquele que não o faz. Percebe-se aqui que se mostra de maneira implícita que a variação linguística utilizada por povos de outras nacionalidades não era bem vista pelos portugueses em sua prática comunicativa. Havia certo preconceito linguístico em relação à fala daqueles que não se valiam da norma considerada padrão.

Não somente os negros são mencionados na análise de João de Barros, outros povos colonizados também o são e isso não aparece de maneira positiva. Após tratar das regras e definições gramaticais, o gramático escreve a respeito das figuras e dos vícios de linguagem (“que assim na fala como na escritura cometemos” – BARROS, 1540, p. 70), oriundos, segundo ele, principalmente do trato com outros povos.

Barbarismo, é vicio que se comete na escritura de cada uma das partes, ou na pronunciaçãõ. E em nenhuma parte da terra se comete mais esta figura da pronunciaçãõ, que nestes

reinos: ***por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nosso serviço.*** Por que bem como os gregos e Roma aviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles, por nam poderem formar sua linguagem: ***assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, até Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa*** (BARROS, 1540, p. 70 – grifo nosso).

Considerava-se como estranha toda e qualquer cultura que se diferenciava dos ideais portugueses. As nações da África, de Guiné e até mesmo do Brasil – colonizadas por Portugal – barbarizavam a língua Portuguesa, ou a modificavam na tentativa de imitar a língua do colonizador.

Ao estruturar de maneira normativa o estudo das figuras e vícios de linguagem, mesmo que alguns deles indiquem um erro em comparação com a norma culta, implica considerar o uso da língua, visto que a recorrência de textos e exemplos que apresentam um ou outro desses está ligado ao uso que é feito dela. A própria definição de norma culta de uma língua se dá quando se considera, inevitavelmente, o uso dessa língua e, portanto, o processo comunicativo. Isso acontece porque a norma considerada culta precisa ser comparada com outra, que é, portanto, baseada no uso.

Barros divide o estudo das figuras e dos vícios em duas partes e a partir delas faz as subdivisões. A primeira das partes diz respeito ao barbarismo e a segunda ao solecismo. Sobre este, o autor comenta que “se comete na construção e ordem das partes, quando delas usamos per algum modo apartado do comum uso de falar” (BARROS, 1540, p. 73). Barros, ao analisar a língua, consegue observar um padrão no uso da língua e, por isso, considera ao tratar do solecismo a comparação da estrutura com um modo visto como comum na fala. O solecismo, assim como o barbarismo, em sua origem não é visto de maneira positiva, visto que passou a ser cometido por povos que, de acordo com o autor, corromperam a língua pura:

Vem este vocábulo, Solecismo, de uma cidade de Celicia que se chamava, Solos: a qual dizem que pousou Solon. E por que a esta povoação concorreram povos de diversas nações, que corromperam a verdadeira e pura língua dos gregos, chamaram eles a esta corruçam Solecismo, donde os Romanos tomaram este vocábulo que nós óra usamos. E por que eles tem muitas espécies destes vícios, tomaremos

somente aquellas que nos convém, e as outras fiquem com seu dono (BARROS, 1540, p. 73)

A preocupação com esses vícios, que, na verdade, eram encarados como erros, levou o autor a tratar de pontos específicos que se relacionavam à sonoridade da estrutura escolhida pelos falantes, como o cacófato:

Cacophaton, quer dizer, mal som, e é vicio que a orelha recebe mal: e comete-se quando do fim de uma palavra e do principio doutra se faz alguma fealdade, ou significa alguma torpeza: como, colhões tamanhos tem aquella lebre: por, que olhões tamanhos tem aquella lebre (BARROS, 1540, p. 75).

4.2 O *Dialogo em louvor da nossa linguagem* e a defesa e ilustração da Língua Portuguesa

A encenação produzida por João de Barros no *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (1540) entre ele mesmo e seu filho, Antonio, ilustra “o diálogo pedagógico entre mestre e discípulo, tendo como objetivo apresentar as qualidades e potencialidades da língua portuguesa e preconizar uma pedagogia de seu ensino” (HUE, 2007, p. 21).

Barros trata de assuntos pedagógicos, dando continuidade à intenção que tinha ao produzir sua Gramática. Uma gramática pedagógica, em sua essência, deve espelhar uma preocupação com o uso da língua, mesmo que isso não apareça de modo explícito nessa tradição gramatical, pois deve levar em conta os usuários dela e se questionar sobre o que escrever, para quem e como fazer isso. Visto que o objetivo de sua gramática e, por conseguinte, de sua apologia são de descrever e apresentar como deve ser feito o uso da língua pelos nativos portugueses e também pelos povos conquistados durante o período de colonização, Barros procura seguir o modelo já existente da gramática latina e apresenta a estrutura da Língua Portuguesa em comparação à Latina e outras línguas vulgares da época.

Dentre os assuntos tratados pelo autor estão a questão da alfabetização e da propositura de métodos de ensino diferentes que, segundo ele, seriam mais eficazes. Tratar dos métodos de ensino em sua apologia relaciona-se às práticas comunicativas pelo fato de que ensinar o funcionamento de uma

língua, seu vocabulário, sua estrutura, sua composição está vinculado à ideia de que é preciso conhecer bem esses aspectos a fim de saber usá-los adequadamente nas mais diversas situações comunicacionais. Além disso, essa preocupação com o método naquele período é pertinente, porque a nação portuguesa se via em crescimento e expansão, tendo de elaborar uma maneira de levar a sua língua a outros povos e reforçar a identidade nacional.

Senhor, sabe já esta nova? (Pay) Quál? (Filho) Que o príncipe nosso senhor começou ontem daprender a ler. (P) E quem o ensina? (F) O pregador delrey frey Joam Soáres (BARROS, 1540, p. 103).

Nã se poderia insinar esta grammática portuguesa aos meninos na escola de ler e esvrever, pois é tam leve de tomar, e da hy iriam já gramáticos pera latina (P) Nem todos os que insinam ler e escrever, nã sam pera o officio que tem quanto mais entendella, por crára que seja. E ainda que isto nã seja pera ty, dilloey pera quem me ouvir, como homem zeloso do bem comum. Uma das cousas menos oulhada que há nestes reinos, é consentir em todas as nobres villas e cidades, qualquer idiota e nã aprovado em costumes de bom viver, poer escola de insinar mininos (BARROS, 1540, p. 119).

Os trechos acima ilustram o que já foi comentado a respeito das afirmações a respeito do interesse pedagógico de João de Barros quanto ao ensino da Língua Portuguesa. Seu filho introduz o tema ao perguntar se o pai já tem o conhecimento de que o príncipe está aprendendo a ler e, então, passa-se a desenvolver um diálogo entre eles a respeito da origem das línguas e das características da Língua Portuguesa.

O segundo excerto, portanto, trata da questão do ensino da gramática portuguesa nas escolas. Barros aponta que essa tarefa não é tão simples, visto que nem todos os que ensinavam estavam aptos para o ofício, já que demonstravam dificuldades em entendê-la, por mais clara que fosse. O gramático explicita que para se alcançar um bom uso do Português era necessário aprender primeiro o bom funcionamento da Língua:

E não te pareça trabalho sobejo entender tanto na própria linguagem, por que se fores bem doutrinado nella, levemente o serás em as alheas. Este é o modo que tiveram todos os gregos e latinos, tomaram por fundamento saber primeiro o seu que o alheo. Quero dizer, que Tulio, Cesar, Livio, e todos os

outros a que chamamos fonte da eloquência, nunca aprenderam língua latina, como a grega: por que era sua natural linguagem, tam comum ao povo Romano, como vemos que a nossa é ao povo de Lisboa, mas souberam a gramática dela (BARROS, 1540, p. 116).

Barros indica que aprender bem a língua materna é fundamental antes de tomar conhecimento de alguma outra. A facilidade de aprendizado dependia de o usuário ter sido bem doutrinado na língua. Logo, aprender e utilizar a língua corretamente era reflexo de bom doutrinamento ou ensino.

O interesse em entender a Língua Portuguesa é refletido nas palavras do mestre ao discípulo e isso revela o porquê de ele escrever não somente o Diálogo, mas também a Gramática. Sobre a gramática latina e a importância de se ter uma gramática em língua portuguesa, Barros apresenta a contribuição que uma obra como essa representa para o ensino da língua.

Esta lhe insinou que cousa era o nome, e quantas calidades e figuras tinha, os tempos, e modos do verbo, e todas as partes que regem e sam regidas: com os mais acidentes e regras que a língua latina tem (BARROS, 1540, p. 116, 117).

Ao apresentar as partes e o que se pode aprender pelo que a Gramática tem a ensinar, Barros mostra por que considera a feitura de um livro como esse como arte. Além disso, o fato de se colocar a língua da nação em primeiro plano serve de base para o louvor da língua. “Sejam recompensados com louvamos a nossa linguagem que temos posta em arte, com que leve mais ornato que as regras gramaticáes”, diz o pai ao filho. Louvar a língua estava ligado diretamente ao uso dela, dado que só era possível demonstrar esse louvor, essa exaltação, à medida que a língua fosse posta em uso.

Louvar a língua portuguesa relaciona-se ao fato de que a língua se aproxima da que lhe deu origem, o latim. Pode-se ver esse motivo quando o autor decide falar mais especificamente de três outras línguas além do Português, o Castelhana, o Francês e o Italiano. Essa relação tem a ver com o fato de que o movimento cultural e artístico da época era o Renascimento e, portanto, o retorno aos moldes e ideais clássicos eram comumente exaltados.

(F) Qual destas á por melhor, e mais elegante (P) A que se mais conforma com a latina, assi em vocábulos como na

orthografia. E nesta parte muita vantagem tem a italiana e espanhol, á francesa: e destas duas a que se escreve como se fala, e que menos consoantes leva perdidas. E nesta orthographia a espanhol vence a italiana (...) (BARROS, 1540, p. 110).

Após colocar em pauta as três línguas também oriundas do Latim, Barros escreve seu ponto de vista sobre o Português ao comentar alguns versos escritos em sua língua e revela que esta apresenta conformidade com a língua latina, logo, merece louvor.

Mas quem ouver de julgar estas linguagens: á de saber dambas tanto, que entenda os defeitos e perfeições de cada uma. Que se pode desejar na lingua portuguesa que ella tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos feitos em louvor da nossa pátria, se pode ver quanta tem, por que assi sam portugueses que os entende o portugues, e tam latinos que os nam estranhara quem souber a lingua latina (BARROS, 1540, 110).

O estudioso deixa evidente que o louvor da pátria e o orgulho de uma língua nacional deve ser valorizado e inclusive a exalta em comparação às outras línguas vulgares quando diz que “a Francesa, como a Italiana, mais parecem fala pera molheres, que grave pera homens” (BARROS, 1540, p. 112). Ao tratar desse assunto, João de Barros também escreve nas entrelinhas sobre as imagens que os sujeitos falantes adquirem na interação verbal. Ao escolher o código linguístico a ser utilizado, o falante assume uma posição na comunicação. Escolher, então, uma língua utilizada por uma nação que, no período, era considerada como grande potência por conta das relações comerciais e expansionistas, era mais valorizado em termos ideológicos do que a língua de uma nação dominada.

O processo de descrição e ilustração da língua é desenvolvido no texto também a partir da reflexão feita pelo pai sobre os empréstimos e derivações das palavras latinas. A figura do mestre expressa que “podemos usar dalguns termos latinos qua a orelha bem receba, por que ella julga a linguagem e musica e é censor dambas” (BARROS, 1540, p. 115).

Adquirir e ampliar o vocabulário pode ser relacionado também à prática comunicativa se pensado em como seria feito isso. Além do retorno aos ideais clássicos, ou seja, o Latim, as trocas linguísticas com outros povos, mediante

os diálogos que ocorriam através das viagens marítimas e expansionistas também serviram de base para essa aquisição. Ainda assim o filho vê-se obrigado a perguntar se todos os que sabem latim podem derivar vocábulos para a língua portuguesa, que se encontrava em fase de aquisição de um vocabulário.

F, Poderám todos os que sabem latim tomar esta licença, pera derivar vocábulos dele a nós?, P, Nã sam todos para isso licenciados: e os que o forem, será em alguns vocábulos, que a natureza da nossa linguagem aceite. Por que (a meu juízo) tam mal parece um vocábulo latino mal derivado a nós: como algumas palavras que achamos per escrituras antigas, as quáes o tempo deixou esquecer. A my muito me contentam os termos que se conformam com o latim, dado que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezar, quando nam acharmos serem tam corrutos, que este labeo lhe faça perder sua autoridade. Nã somente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quáes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nace (BARROS, 1540, p. 115).

O mestre aponta que a derivação de palavras do latim não deve ser feita de modo aleatório por qualquer que diga entender da língua latina, mas, sim, por aqueles que eram licenciados para isso, ou seja, especialistas no assunto, aptos para dizer se determinada derivação é ou não agradável aos ouvidos, como era costume defender.

De novo, as imagens assumidas pelos falantes no processo comunicativo ganham espaço nas reflexões de João de Barros. Ao responsabilizar doutores licenciados para tratar da derivação das palavras para o Português, o autor demonstra que a língua também deve ser usada levando em consideração os papéis que se assumem na sociedade. A cada papel, uma modalidade linguística própria deve ser empregada e em um contexto também singular. Dessa forma, Barros continua a expressar ideias sobre o processo comunicativo de maneira implícita.

O diálogo de Barros com seu filho, além de revelar o interesse pedagógico para introduzir a discussão à língua portuguesa, ilustrar o uso dela e descrever de certa maneira como utilizá-la, demonstra valores e ideias da nação que se consideravam importantes, como a doutrinação religiosa e a

exaltação do povo e, por consequência, da língua portuguesa em relação às outras, especialmente as dos povos dominados.

As armas e padrões portugueses postos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas fora da repartiçám das tres partes da terra, materiáes sam, e podeas o tempo gastar: pero nã gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem (BARROS, 1540, p. 118).

Considerar que os valores, a doutrina, a linguagem e os costumes portugueses não serão esquecidos pela ação do tempo nos lugares em que Portugal dominou é exercer poder sobre os colonizados e é uma forma de impor todas essas características durante a expansão a esses novos territórios.

Ainda sobre esses costumes e ideais católicos, Barros faz questão de apresentar a história do surgimento das línguas e de como se deu a nomeação de tudo que existe e, para tanto, utiliza a história bíblica para embasar seus argumentos. Conta-se, assim, desde a história de Adão, responsável por nomear tudo o que existe e do episódio envolvendo a edificação da Torre de Babel, em que houve, então, a criação dos mais variados idiomas no mundo. Percebe-se, assim, a preocupação em não só apresentar e descrever a língua como também doutrinar na fé cristã aqueles que faziam uso de suas obras. Dessa maneira, o uso da língua se mostra a serviço do trabalho da Igreja, que visava catequisar a nação.

Barros demonstra convicção de que o rei irá acatar suas sugestões no final do diálogo, visto que este se mostra “zelador dos bons costumes, e favorece as leteras tam liberal e magnificamente” (BARROS, 1540, p. 122). Tal zelo do rei é o que fará, conforme o autor, mandar prover os estudos da língua portuguesa em Coimbra. Esse fato apresentado pelo autor demonstra a preocupação do rei em providenciar que os estudos sobre a língua portuguesa sejam disseminados. Afinal, a língua não seria usada somente a fim de ser louvada, mas sim, serviria aos interesses dele mediante seu uso: reforçar a potência econômica, territorial e cultural portuguesa e doutrinar a nação e povos conquistados segundo a crença católica.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de cunho historiográfico visou buscar traços do tratamento do processo comunicativo em textos canônicos, os quais não apresentavam como foco de suas análises o interesse explícito sobre a comunicação.

Por meio de uma metodologia de trabalho, pautada nas ideias de Swiggers e Koerner a respeito do fazer historiográfico, levando em conta princípios e parâmetros de análise, alcançou-se o objetivo de analisar duas obras de João de Barros através de uma ótica marginal, ou seja, pouco convencional. A análise construída mediante a consideração dos parâmetros externos (contexto histórico em que obra e autor estavam inseridos, bem como suas representatividades) em conexão com os internos (descrição, caracterização e análise de trechos dos compêndios selecionados) foram fundamentais para estabelecer uma interpretação acerca do que se estava propondo: a busca de elementos comunicacionais em obras que se preocupavam em valorizar a forma linguística.

Tendo, então, feito essas considerações, considera-se inicialmente que, embora João de Barros não tenha reservado um espaço em seu texto para tratar especificamente das relações comunicativas, até porque esse posicionamento não fazia parte da tradição em que ele se inseria, a menção implícita à preocupação com a comunicação existiu.

O primeiro aspecto proposto como cerne desta pesquisa está relacionado a como se deu o tratamento do processo comunicativo na *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) e no *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540), obras de Barros, ambas do século XVI. Assim como se supunha, foi possível comprovar que a tradição formal da época deu o tom ao texto do estudioso da língua portuguesa. A preocupação com respeito à forma linguística é amplamente discutida em suas considerações e seus exemplos do bem dizer consideram moldes precisos da maneira pela qual o povo português deveria se portar ao usar a língua. Ao mesmo tempo, demonstrar esse tipo de interesse em uma determinada variação linguística considerada culta, dos doutores e das pessoas que representavam a alta classe da sociedade portuguesa, é em si tratar do processo comunicativo, visto que ao propor o que

deve ser feito, coloca-se em oposição outra variante linguística, uma que não é bem vista pelos letrados da época.

O segundo aspecto de análise estava centrado nos fatores que colaboraram para a formação dessa história e a maneira que ela foi apresentada. Como já abordado em partes, os elementos externos foram essenciais para a construção da história da maneira em que ela foi escrita. Primeiramente, o fator decisivo que determinou o caminho que Barros traçaria foi o clima de opinião de sua época, que, influenciado pela corrente artística e cultural, privilegiava os moldes estabelecidos anteriormente por uma tradição latina, que por sua vez, retomava os padrões clássicos de Roma e Grécia. O Renascimento, portanto, foi o movimento responsável para que a história tenha seguido esse rumo.

Ainda sobre os elementos externos que influenciaram as ideias de Barros está o momento histórico em que Portugal estava inserido. O fato de o país se consolidar como grande potência econômica e territorial, resultado de suas relações com países do Oriente e das grandes navegações, que deram a Portugal o título de grande colonizador, é um dos fatores mais importantes que colaboraram para a construção dessa história da maneira que se deu. É nesse ponto, então, que esta pesquisa mais se concentrou, visto que boa parte do interesse em se produzir uma gramática e uma apologia se relaciona a esses acontecimentos. A expansão territorial colocou o povo português em contato com outras línguas e culturas e, por conseguinte, havia se tornado necessário fortalecer sua influência e poder sobre esses povos. O trabalho dos jesuítas, dessa maneira, tornou-se de extrema importância, visto que eles seriam responsáveis por ensinar a língua a esses povos e catequizá-los, o que seria uma forma de instituir a cultura e a fé portuguesas nesses locais dominados. Estabelecer uma língua comum entre colônia e império era fundamental para a administração desses lugares. Falar, portanto, desses acontecimentos e relacionar aos objetivos da gramática de Barros é também falar sobre comunicação.

Por fim, o terceiro aspecto diz respeito à influência na formação do pensamento linguístico da época que o tratamento dado ao processo comunicativo provocou. Propor em determinadas passagens de seu texto de maneira implícita questões ligadas ao processo comunicativo e à interação

verbal não fizeram de Barros alguém que transformou o pensamento linguístico de seu período, até porque essa visão sobre a língua ainda não estava em voga. Observando séculos mais tarde a maneira pela qual o autor organizou o seu trabalho e tratou de informações que estavam à frente de seu tempo, pode-se inferir que ele fez apontamentos importantes sobre a comunicação no período.

Escrever sobre o uso da língua, as funções das classes gramaticais, a ênfase dada às palavras em uma conversa e até mesmo sobre a escolha linguística e as diferenças de sentido delas em uma interação apontam que João de Barros não só tratou da forma, como também revelou sua preocupação em demonstrar o funcionamento da língua e do processo comunicativo de maneira implícita. Em seu *Dialogo*, Barros ainda ilustrou e apontou características da língua portuguesa que podem ser relacionadas ao uso da língua, como os papéis exercidos em uma comunicação pelos falantes, a imagem construída pelo uso (correto ou não) da língua e o propósito que ela tinha, doutrinar povos estrangeiros e exaltar a nação portuguesa em comparação às outras.

A análise apresentada, portanto, resultado da combinação entre os elementos metodológicos adotados, próprios da Historiografia da Linguística, conseguiu dar conta de apontar a ligação existente entre o clima de opinião da época (parâmetros externos) e a obra de João de Barros propriamente dita: maneira pela qual foi escrita e organizada (parâmetros internos). Dessa forma, os objetivos traçados para esta pesquisa conseguiram ser alcançados. O olhar atento aos trechos escolhidos para análise são resultado do que se propôs como pesquisa historiográfica.

BIBLIOGRAFIA

- ALTMAN, Cristina. (1998) *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- ALTMAN, Cristina. (2001) *Historiografias Linguísticas: três questões em produção linguística brasileira*. Texto crítico elaborado como exigência parcial para Concurso de Livre-Docência em Historiografia Linguística no Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Ms.
- ALTMAN, Cristina. (2009) *Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil*. Revista Argentina de Historiografia Lingüística, v. 1, n. 2. Disponível em www.rahl.com.ar.
- ALTMAN, Cristina. (2012) *História, estórias e Historiografia da Linguística Brasileira*. Revista Todas as Letras, v. 14, n. 1, p. 14-37.
- ALTMAN, Cristina; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *Dossiê Historiografia da Linguística*. Revista Todas as Letras, n. 14, v. 1, 2012.
- ANDRESEN, Julie Tetel. (1990) *Linguistics in América 1769-1924. A critical history*. London/New York: Routledge.
- AUROUX, Sylvain (org.). (1990) *Histoire des idées linguistiques. Tome I: La naissance des métalangages en Orient et Occident*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- AUROUX, Sylvain (org.). (1992) *Histoire des idées linguistiques. Tome II: Le développement de la grammaire occidentale*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.) (2014) *Dossiê História das gramáticas*. Todas as Letras W, v. 16, n. 1. São Paulo.
- BARROS, João de. (1540) *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Lisboa, Luís Rodrigues.
- BARROS, João de. (1540) *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa, Luís Rodrigues.
- BASTOS, Neusa Barbosa. (1998) *Língua Portuguesa. História, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998.
- BASTOS, Neusa Barbosa. (2008) *Historiografia Linguística: princípios e procedimentos*. In: Marquesi, Sueli; Andradre, Carlos Augusto (org.) *Abordagens da linguística: caminhos para pesquisa*. São Paulo: Terracota. p. 69-84.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (2013) *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

- BORGES Neto, José. (1989) *Nietzsche e a História: considerações sobre “da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”*. *História: questões e debates* 10.18-19: 349-362.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1978) *Gramáticos portugueses do século XVI*. Biblioteca Breve 18. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1983a) *O estudo das línguas exóticas do século XVI*. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1983b) *Babel ou a ruptura do signo — a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- BUGARSKI, Ranko. (1976) The object of Linguistics in historical perspective. In: Parret, Herman (ed.) *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin/New York: Walter de Gruyter. p. 1-12.
- CAVALIERE, Ricardo. (2000) *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense.
- CAVALIERE, Ricardo. (2014) *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexicon Digital.
- CISNEROS ESTUPINAN, Mireya; VILLENA, Omer. (2010) *La conformación de la Ciencia Lingüística*. Pereira: Universidad Tecnológica de Pereira.
- de CLERCQ, J.; SWIGGERS, Pierre. (1991) *L'Histoire de la Linguistique: L'autre Histoire e L'Histoire d'une Histoire*. *Neue Fragen der Linguistik*, org. por Elisabeth Feldbusch, Reiner Pogarell e Cornelia Weiss. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 15-22.
- COELHO, Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraia. (2012) *Historiografia Lingüística*. In: GONÇALVES, Adair V.; GÓIS, Marcos Lúcio S. (Org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico*. Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 381-407.
- DE LIMA, Neuci Vieira. (2011) *Um diálogo historiográfico: As gramáticas de Língua Portuguesa do séc. XVI e o Projeto de Lei 1676/1999 do séc. XX*. São Paulo: PUC/SP.
- FORMIGARI, Lia. (2004) *A History of Language Philosophies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- GIANNETTI, Eduardo. (2016) *Trópicos Utópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- HARRIS, Roy; TAYLOR, Talbot J. (ed.) (1997) *Landmarks in Linguistic Thought I: The Western Tradition from Socrates to Saussure*. London/New York: Routledge.
- HOVDGAUGEN, Even. (1982) *Foundations of Western Linguistics*. Oslo: Universitetsforlaget.
- HOVDGAUGEN, Even (ed.). (1996) *... and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar*. Münster: Nodus Publikationen.
- HÜLLEN, Werner (ed.). (1990) *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*. Münster: Nodus Publikationen.
- HUE, Sheila Moura (ed.). (2007) *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- KOERNER, Konrad. (1978) *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KOERNER, Konrad. (1989) *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KOERNER, Konrad. (1996a) *Questões que persistem em Historiografia da Lingüística*. [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês "Persistent Issues in Linguistic Historiography". *Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.] ANPOLL. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística 2.45-70.
- KOERNER, Konrad. (1996b) *A questão da metalinguagem na Historiografia da Lingüística*. [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês "Metalanguage in Linguistic Historiography". *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.] DELTA 12:1.95-124.
- KOERNER, Konrad. (1995) *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KOERNER, Konrad. (1999) *Linguistic Historiography. Projects and Prospects*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KOERNER, Konrad. (2000) *Historia de la lingüística: logros y desafíos. Analecta Malacitana XXIII:1*. Revista de la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras – Universidade de Málaga.
- KOERNER, Konrad. (2004) *Essays in the History of Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

- KOERNER, K. (2008) *Universal Index of Biographical Names in the Language Sciences*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KOERNER, K.; ASHER, R.E. (ed.). (1995) *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: New York: Pergamon.
- KOERNER, E.F.K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H.J.; VERSTEEG, K. (ed.). (2001/2006) *History of the Language Sciences/ Histoires des Sciences du langage/ Geschichte der Sprachwissenschaft: An International Handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present*. 3v. Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- LAW, Vivien. (2003) *The History of Linguistics in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEITE, Marli Quadros. (2011) *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas, Paulistana.
- LEPSCHY, Giulio C. (ed.) (1994) *History of Linguistics*. 3 vols. London: Longman.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989) *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.
- MATTOSO CAMARA Jr., Joaquim. (1986) *História da lingüística*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- MOUNIN, Georges. (1970) *História da Lingüística: das origens ao século XX*. [Trad. portuguesa de F.J. Rêgo do orig. em francês de 1967.] Porto: Despertar.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (1987) *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (2002) *A gramática – História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- PARRET, Herman (ed.). (1976) *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter.
- PERCIVAL, W. Keith. (1976) *The Applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics*. *Language* 52.2:285-294.
- ROBINS, R.H. (1976) Some Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics. In: PARRET, Herman (ed.). *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter. p. 13-31.
- ROBINS, R.H. (1986) *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Padrão.

- SIMONE, Raffaele. (1975) *Theorie et histoire de la linguistique*. *Historiographia Linguistica* II:3.353-378.
- SWIGGERS, Pierre. (1979) *Note épistémologique sur le statut de l'historiographie de la linguistique*. *Histoire, Epistémologie, Langage* 1:1.61-63.
- SWIGGERS, Pierre. (1981) *The history writing of Linguistics: a methodological note*. *General Linguistics* 21:1.11-16.
- SWIGGERS, Pierre. (1983a) *La méthodologie de l'historiographie de la Linguistique*. *FLH* 4:55-79.
- SWIGGERS, Pierre. (1983b) *Qu'est-ce qu'une théorie (en) linguistique*. *Modèles Linguistiques* V.1: 3-15.
- SWIGGERS, Pierre. (1989) *Histoire et historiographie de la linguistique*. *Semiotica. Journal of the International Association for semiotic studies*. 31.1/2: 107-137.
- SWIGGERS, Pierre. (1990) *Reflections on (models for) Linguistic Historiography*. In: Hüllen, Werner (ed.) *Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and projects*. Münster: Nodus Publikationen, p. 23-25.
- SWIGGERS, Pierre. (1996) *XXth-Century Theories of Language: an Epistemological Diagnosis*. *Linguistica* XXXVI : 3-15.
- SWIGGERS, Pierre. (1997) *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe. siècle*. Paris: PUF.
- SWIGGERS, Pierre. (2004) *Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística. Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística*, *Actas del IC Congreso Internacional de la SEHL*. ed. por G. Corrales Zumbado et al. Madrid: Arco Libros. p. 113-146.
- SWIGGERS, Pierre. (2009) *La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones*. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, v. 1, n. 1. Disponível em www.rahl.com.ar
- SWIGGERS, Pierre. (2010) *História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações*. *Eutomia (revista on line)*. Acesso em fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.revistaeutomia.com.br/>
- VERDELHO, Telmo. (1995) *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

WEEDWOOD, Barbara. (2002) *História concisa da lingüística*. [Trad. de Marcos Bagno do orig. em inglês de 1995.] São Paulo: Parábola Editorial.

ZWARTJES, Otto; HOVDHAUGEN, Even (ed.) (2003) *Missionary Linguistics I/Lingüística Misionera I*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

ZWARTJES, Otto; ALTMAN, Cristina (ed.) (2005) *Missionary Linguistics II/Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

ZWARTJES, Otto; JAMES, Gregory; RIDRUEJO, Emilio (ed.) (2007) *Missionary Linguistics III/Lingüística Misionera III. Morphology and Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.